

Contra o utilitarismo

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAIO/2012

Convidado para a Aula Magna deste semestre, **Nuccio Ordine** critica a adoção do modelo empresarial por escolas e universidades

Página central



MERCOSUL

Integração regional ainda em processo

Para especialistas, 25 anos depois da assinatura do Tratado de Assunção, os países do bloco seguem enfrentando incertezas e mudanças políticas internas. Porém, diante do cenário de retração econômica mundial, projetam um provável fortalecimento do Mercosul nos próximos anos. **P10**

ACORDO ORTOGRÁFICO

Implementação é fato consumado

Na visão do professor do Instituto de Letras Pedro Garcez, a proposta de unificação para a escrita em português foi um instrumento político. E o fato de ela ter sido incorporada por aqueles que têm o texto escrito como sua prática profissional cotidiana ainda em 2009 só facilitou a sua aceitação. **P13**



FLÁVIO DUTRA/JU

ACESSIBILIDADE

Oportunidades iguais no vestibular

Uma das universidades públicas pioneiras no atendimento especializado aos candidatos com necessidades especiais, a UFRGS vem trabalhando ano a ano para consolidar suas políticas de inclusão, acompanhamento e apoio técnico às pessoas com deficiência que buscam uma vaga na graduação. **P7**

COMBATE AO Aedes Aegypti

UFRGS mobilizada para enfrentar a epidemia

De que forma a equipe do Telessaúde está colaborando em nível local e nacional **P4**

Administração Central concentra iniciativas no Câmpus do Vale **P3**

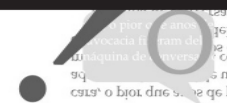
AGRONEGÓCIO

Modelo para propriedades rurais



FLÁVIO DUTRA/JU

P11



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

A universidade do futuro

Instituição do conhecimento e do saber, o conceito de universidade é fortemente associado à concepção de futuro. Tanto pela formação dos jovens como pela geração de conhecimento, de inovação e de reflexão acerca do presente, ela prepara para o tempo que há de vir. Desta forma, também se configura a esperança que a sociedade nela deposita e que nutre o fazer acadêmico.

Mas, se o futuro é parte do presente da universidade, é importante que se possa refletir e antecipar o futuro da sociedade para, assim, conformar o papel da instituição em novos cenários e ambientes. Este é um dos elementos que dinamizam a evolução institucional, combatendo a inevitável inércia de uma organização tão tradicional. Historicamente, essa transformação acontece a partir de pequenas reformas que apontam para uma utopia, que é, afinal, a própria missão institucional. Em painel realizado no Fórum Social Temático, em janeiro passado, identificamos alguns desses desafios. Refundar a missão da universidade no mundo globalizado é o primeiro deles, uma vez que a internacionalização vem sendo definida como o seu quarto pilar. Para além das mobilidades e dos cursos em parceria, é na colaboração

em projetos de pesquisa e ações de extensão para enfrentar os grandes problemas globais, que têm raízes e expressões locais, que as instituições devem interatuar. Outro desafio é o de redefinir a sua posição na sociedade do conhecimento. Há muito, a academia perdeu a hegemonia da produção do saber e da inovação. As empresas e indústrias cada vez mais investem na criatividade, o que é muito saudável, e a incorporação da inovação e do empreendedorismo refletem a tentativa de captar e otimizar o potencial criativo de estudantes e docentes.

Há também que se repensar a própria formação acadêmica. Após os esforços bem-sucedidos de expansão e de inclusão, que devem continuar, é momento de uma profunda reflexão sobre o tipo de cidadão a ser formado. Igualmente, é necessário que se busquem estratégias para a sua inserção no exigente e inconstante mundo do trabalho. O mais complexo desafio é, certamente, o da multiculturalidade. Passados quase 800 anos de sua fundação, ainda hoje a universidade reflete uma concepção ocidental e eurocêntrica. Com a insidiosa ação do fundamentalismo que aterroriza o mundo, cresce a necessidade de promover o

entendimento entre visões antagônicas, por meio do conhecimento dos valores alheios, do respeito e da aceitação da incompletude de todas as culturas e identidades, e pelo diálogo intercultural. Sem dúvida, temos aqui uma nova missão: contribuir para uma cultura de tolerância e de paz.

Os conflitos, tanto mundiais como nacionais, questionam nossos valores e revelam mais uma crise identitária da universidade. É, portanto, uma oportunidade de mudança paradigmática e de refundação. Esta é a força da universidade do futuro: a esperança na construção de outro mundo.

E dentre os desafios atuais, quero chamar a atenção para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, vetor de três vírus causadores de importantes doenças. O engajamento da comunidade universitária é fundamental, e peço a todos que participem das campanhas organizadas.

Em poucos dias, iniciaremos o semestre 2016-1. Quero dar as boas-vindas a todos, em especial aos calouros dos cursos de graduação, desejando que vivam intensamente a Universidade e aqui construam, com a comunidade da UFRGS, o seu futuro e a nossa esperança. Bom semestre a todos!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

Editora Ánia Chala
Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres
Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação
Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolsistas (Jornalismo)
Antônio Assis Brasil, Igor Porto e João Pedro Teixeira

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

ufrgsnoticias

Caderno JU

Excepcionalmente neste mês não publicaremos o Caderno JU. Retornaremos na próxima edição, destacando as mudanças trazidas pelo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

TODOS CONTRA O AEADES AEGYPTI

Faça a sua parte!

Acesse o site <http://combateaedes.saude.gov.br> e confira como eliminar o mosquito transmissor da dengue, do zika vírus e da febre chikungunya



Artigo

“Tamo lá!”

Os cursinhos pré-vestibulares populares tiveram início na década de 90 com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior, o que se consolidou com a implantação das políticas de ações afirmativas, mais especificamente com a reserva de vagas nas universidades. Os cursinhos populares preparatórios visam, portanto, atender as comunidades das periferias, especialmente estudantes de escolas públicas e negros, potenciais candidatos às cotas nas universidades públicas.

A UFRGS mantém, desde 2013, o Programa de Apoio ao Acesso à Universidade, do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da Pró-reitoria de Extensão, cujo propósito é apoiar e fomentar ações no campo da educação cidadã que auxiliem candidatos de origem popular a prestarem as provas do vestibular da UFRGS e do ENEM.

Os cursos pré-vestibulares populares organizados por membros da UFRGS, em especial pelos discentes, constituem-se, assim, espaços de empoderamento das comunidades e dos grupos sociais envolvidos, uma vez que propiciam, a essas camadas

sociais o acesso à universidade pública, uma presença material e simbólica. Esse contato resulta importante também para a qualificação dos acadêmicos, dada a oportunidade de travar diálogos com os saberes populares.

No sentido de potencializar ações como essas, o Programa de Apoio disponibiliza bolsas a estudantes educadores, articula formações abertas, estimula a troca de experiências e a interação entre os cursinhos mais antigos e os nascentes. Nesse universo, encontramos o Projeto Educacional Alternativa Cidadã (PEAC), o Resgate Pré-vestibular Popular e o Esperança Popular Restinga, cursinhos que contam cada um com uma coordenação e têm autonomia de gestão.

O cursinho Esperança Popular Restinga (ação de extensão do DEDS) foi criado em 2006 por demanda da comunidade do bairro de mesmo nome, localizado no extremo sul de Porto Alegre. Essa coordenação implica o acompanhamento de educadores e o monitoramento de reuniões e assembleias. Como apoio, o material impresso do curso é viabilizado pela Gráfica da UFRGS, assim como são ministrados cursos de formação para os educadores com parceiros internos

e externos, além de se oferecerem oficinas sobre organização do tempo, orientação profissional e ações afirmativas aos educandos.

O departamento ainda organiza um jornal bimestral chamado “Tamo lá”, no qual são publicadas as experiências de educandos e educadores, dicas para o vestibular e o Enem, reflexões sobre o futuro e histórias e destaques do bairro. O título “Tamo lá”, sugerido por um educador, retrata a vontade dos moradores da Restinga e do entorno de estarem na UFRGS. Esse objetivo vem se redimensionando a cada ano: em 2015, foram aprovados 17 vestibulandos, distribuídos em 15 cursos, além de mais oito que acessaram o ensino superior em outras instituições. Neste ano, em primeira chamada, temos 15 bixos do Esperança na UFRGS, distribuídos em nove cursos de baixa, média e alta densidade, e cinco para outras universidades federais de dentro e fora do Rio Grande do Sul. Esse número tende a aumentar com as próximas chamadas. E sabemos que os índices dos outros cursinhos não têm sido diferentes!

Esse resultado não surpreende, pois o trabalho é desenvolvido com amor e dedicação para uma população que sabe muito bem

o que quer e aonde quer chegar. O grupo de educadores, bolsistas e voluntários, a UFRGS, a associação Ação, Saúde e Lazer (ASALA), a comunidade da Restinga e os demais envolvidos acreditam no projeto.

A Família Esperança – como se identificam seus membros – teve uma grande conquista em 2015, que foi a parceria com a ASALA, uma associação do bairro que abriu suas portas e possibilitou que reformássemos uma sala para as aulas. É, talvez, o único cursinho popular com sede própria!

Precisamos ainda ampliar os espaços de acolhimento, considerando a diversidade do público ingressante. Pensando nisso, o DEDS tem fomentado rodas de conversa (projeto intitulado “Conversações Afirmativas”) sobre memória e patrimônio cultural, estimulando a participação – e o consequente empoderamento – desses grupos sociais.

Estamos satisfeitos com as conquistas e sabemos que podemos ir mais longe.

Como diz a Família Esperança, “Tamo lá!”

Luciane Bello e Rita Camisolão
Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - PROREXT



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JUN/2006



A Universidade combate o mosquito

O foco das primeiras atividades para erradicar o *Aedes aegypti* é o Câmpus do Vale, onde estão sendo instaladas armadilhas tipo isca

A confirmação do primeiro caso de zika vírus em Porto Alegre tornou ainda mais urgente a tomada de medidas para eliminar o mosquito *Aedes aegypti* em todos os bairros da cidade. Por outro lado, pesquisadores do país e do mundo seguem investigando a relação entre o vírus e a microcefalia, grave má-formação cerebral.

O governo federal está realizando campanhas de conscientização para que a população esteja atenta ao seu quintal e residência a fim de evitar o acúmulo de água propícia a criadouros do agente transmissor da dengue, chikungunya e zika vírus. A União também solicitou a criação de forças-tarefa nas universidades para combater a proliferação nas unidades de ensino.

Com isso, a UFRGS colocou em prática um plano de ação, com atenção especial para o Câmpus

do Vale, onde se concentra o maior número de estudantes, professores e técnicos e a mais ampla área construída. Além disso, a erradicação do vetor também é um dos pré-requisitos para que o Vale obtenha licenciamento ambiental para continuar ampliando seus edifícios e laboratórios.

O monitoramento ocorre a partir da instalação de armadilhas tipo isca, distribuídas pelo Câmpus do Vale, e da análise periódica da presença de larvas do mosquito nesses equipamentos. Essa atividade é realizada em convênio com a Coordenadoria Geral de Vigilância Sanitária de Porto Alegre, sendo que um acordo de cooperação técnica está em processo de formalização.

O mosquito da dengue é essencialmente urbano, porém um câmpus do tamanho do Vale preocupa por conta da enorme

circulação de pessoas, grande quantidade de descarte de lixo e unidades de pesquisa que, eventualmente, geram acúmulo de água.

“O vetor da dengue não costuma estar em zonas de mata, mas é fundamental evitar. E, para isso, temos que monitorar a presença do *Aedes aegypti*. Existem cerca de 5 mil espécies de mosquitos no planeta, mas somente 120 causam algum tipo de transtorno, o que é suficiente para provocar doenças graves. Por isso, numa próxima etapa, os demais câmpus serão monitorados de forma mais intensa”, ressalta o biólogo da Superintendência de Infraestrutura (Suinfra), Fernando Platt.

“O *Aedes* somente vai estar na mata se deixarmos resíduos e água acumulada. Portanto, estamos gerenciando o descarte de resíduos de forma correta e gerenciando as caixas d’água e

tanques de pesquisa do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH)”, complementa.

Recursos – Logo após o Carnaval, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação anunciou o lançamento de medidas de combate ao vetor do zika vírus. As ações, conforme o ministro Celso Pansera, serão repasses a estudos próximos de conclusão, estímulo a novas frentes de investigação científica, cooperação internacional e desburocratização de procedimentos. “Essas iniciativas vão desde a facilitação para importar reagentes necessários à pesquisa na área até medidas para garantir segurança jurídica aos pesquisadores envolvidos, com a regulamentação de artigos do Marco Legal de Ciência e Tecnologia e da Lei de Acesso à Biodiversidade”, explicou.

MARTINO PICCINI/DIVULGAÇÃO

Teatro

Reabertura da Sala Qorpo Santo

O Teatro Universitário – Sala Qorpo Santo reabre no próximo dia 14 com o espetáculo *Santo Qorpo ou O Louco da Província*, dirigida por Inês Marocco. A peça é livremente inspirada no livro *Cães da Província* de Luís Antônio de Assis Brasil, na *Ensiqlopedia* e nas peças teatrais de José Joaquim de Campos Leão, mais conhecido como Qorpo Santo.

A montagem tem a assistência de direção de Gabriela Boccardi e Magda Schiavon e traz no elenco Áquila Mattos, Eduardo Schmidt, Gabriela Boccardi, Jeferson Cabral, Juçara Gaspar, Ketti Maria, Magda Schiavon, Naomi Luana e Rodolfo Ruscheinsky. As sessões, com entrada franca, serão realizadas nos dias 14, 15, 16, 17 e 21, 22, 23 e 24 de março, às 20h. Nos dias 14 e 24, às 14h e às 16h, haverá o encontro de encenadores e pesquisadores “Qorpo Santo 50 Anos no Palco” para celebrar as cinco décadas da primeira montagem teatral do autor, ocorrida na capital em 1966. A atividade contará com a participação do professor do Instituto de Letras da Universidade Luís Augusto Fischer e de convidados.



História conturbada – Nascido em 1829 na Vila de Triunfo, no interior do Rio Grande do Sul, o autor fundou um grupo dramático em 1851 e passou a escrever regularmente para os jornais gaúchos. Em 1861, já casado, instala-se definitivamente em Porto Alegre, onde segue a carreira de professor, poeta, crítico político e inquieto jornalista. No mesmo ano, começa a escrever sua *Ensiqlopedia ou seis mezes de huma enfermidade*, obra em nove volumes que pode ser consultada pelo link <http://puhrs.br/biblioteca/qorposanto>.

Qorpo Santo vê seu destino transformado

em 1862, quando sua esposa e filhos pedem sua interdição judicial, alegando transtornos psíquicos. Inconformado com seu enquadramento psiquiátrico, ele vai ao Rio de Janeiro, onde recebe um laudo que atesta sua boa saúde mental por parte dos maiores especialistas em saúde mental da então capital do país. Mesmo assim, sua interdição é mantida por um juiz porto-alegrense. Cada vez mais isolado e marginalizado, deixa suas atividades jornalísticas em 1873, passando por dificuldades financeiras. Debilitado, morre de tuberculose em 1883.



Conferências ILEA

“Não há esperança sem imaginação”

O professor e sociólogo português Boaventura de Sousa Santos discutiu “O Futuro da Esperança” na abertura do Ciclo de Debates do Fórum Social Mundial Temático da UFRGS, ocorrido em 19 de janeiro.

Evocando Espinosa, Boaventura lembrou que o medo e a esperança são duas emoções fundamentais dos seres humanos – e, para ele, das sociedades também. “Se formos dominados por uma delas, não sobreviveremos”, afirmou. Disse que, ao contrário do que ocorria 15 anos atrás, hoje o medo se sobrepõe à esperança. “Era um tempo de expectativas positivas. Estamos a entrar em um tempo de expectativas negativas: as coisas estão más, mas amanhã podem estar piores”, completou o sociólogo.

Destacando que atualmente não há mais lutas pela expansão de direitos, e sim pela manutenção dos que já existem, ele falou sobre a radicalidade no retrocesso, uma característica das democracias atuais.

Para o professor, isso se deve ao fato de vivermos em um contexto de paradoxos. O primeiro que ele abordou é a mudança no conceito de crise. Esta deixou de ser explicada para ser a explicação de tudo na medida em que se tornou permanente e não mais episódica. O outro paradoxo é que vivemos em uma sociedade de imagens, mas nos falta imaginação. Conforme Boaventura, nunca faltou tanta imaginação política, e o nosso pensamento crítico definha devido à ausência da capacidade de criar e reconstruir realidades.

Mas a volta da imaginação, segundo o sociólogo, ocorre com um diagnóstico inquietante. “Para reinventar a imaginação política é necessário voltar à utopia, mas não a utopia moderna, que era totalitária. As utopias do século 21 têm de ser abertas, incompletas, porosas. Um reformismo revolucionário”, indica o pensador. Para Boaventura, a esperança são as pequenas reformas sociais que, aos poucos, transformam as sociedades.

Victoria Goulart Netto,
aluna de Jornalismo da Fabico

Assista ao programa

A palestra de Boaventura de Sousa Santos vai ao ar em duas partes, nos dias 23 e 30 de março, às 18h, com reprise às 23h, na UNITV, Canal 15 da NET POA



O papel do TelessaúdeRS-UFRGS no combate ao *Aedes aegypti*

Erno Harzheim*

Dengue, Chicungunya e Zika são três doenças virais diferentes, mas que possuem uma sintomatologia clínica muito semelhante e um grande ponto em comum: seu meio de transmissão principal. Três doenças e um único vetor: o mosquito *Aedes aegypti*. *Aedes* é odioso em grego, nome bem adequado para um inseto que é o vetor do Zika vírus, muito provavelmente o responsável pela epidemia de microcefalia que atinge o Brasil.

Os sintomas das três doenças são basicamente similares: febre, dores articulares e musculares, cefaleia, exantema (manchas vermelhas na pele), mal-estar, náuseas, vômitos, conjuntivite não purulenta. Suas consequências, entretanto, são diversas. A Dengue pode desencadear um quadro grave, conhecido como dengue hemorrágica, capaz de levar à morte por choque hipovolêmico secundário e sangramentos diversos. A Chicungunya pode levar a um quadro de dores articulares incapacitantes de longa duração e, como evento raro, provocar a morte em pacientes fragilizados por outras doenças concomitantes. A Zika, com sua predileção pelo sistema nervoso central, pode provocar microcefalia em recém-nascidos de mães infectadas ao longo da gestação e a síndrome de Guillain-Barré. Esta é uma síndrome neurológica que gera paralisia flácida, perda do tônus dos músculos e dos movimentos do corpo, e pode se prolongar por meses e levar à morte por insuficiência respiratória. Microcefalia é uma má-formação decorrente do insuficiente crescimento do cérebro em fetos, gerando um bebê com perímetro cefálico abaixo do normal, com possibilidade de apresentar retardo mental, cegueira, surdez e, às vezes, incapacidade de sobrevivência fora do útero.

Até o fim de janeiro de 2016, somando os casos de 2015, tínhamos mais de 4.000 notificações de microcefalia. Em 2014,

tivemos cerca de 140 casos. Esta epidemia de microcefalia coincide com a epidemia de Zika que iniciou no Nordeste brasileiro em abril do ano passado. Fato semelhante ocorreu na Polinésia Francesa entre 2013 e 2014. A associação entre infecção materna por Zika vírus, principalmente no primeiro trimestre da gestação, e recém-nascidos com microcefalia é consistente, mas ainda necessita de estudos complementares para definir a associação causal. Diversos grupos trabalham nessa direção, inclusive o Serviço de Genética Médica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

O problema é que carecemos de tratamentos específicos dirigidos a esses três vírus, assim como não temos disponibilidade em larga escala de vacinas efetivas. Há uma vacina desenvolvida para alguns dos sorotipos do vírus da Dengue, mas sem produção em larga escala e estudos de efetividade ou de observação de aplicação em escala populacional.

O que nos resta fazer neste momento? Combater o mosquito!

Vivemos uma Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. O *Aedes aegypti*, presente em quase todo o território brasileiro, responsável pela transmissão da Dengue, agora propaga também Chicungunya e Zika. É possível que estejamos presenciando a epidemia que deixará o maior número de pessoas com sequelas graves da história do nosso país.

Somente com envolvimento de toda sociedade será possível reduzir a quantidade de focos do mosquito. O *Aedes* tem hábitos urbanos, vivendo próximo das pessoas, principalmente em aglomerados populacionais. Para sua reprodução necessita de sangue humano e de água limpa e parada por cerca de 7 a 10 dias, tempo no qual os ovos se transformam em mosquitos. Temos que eliminar os criadouros!

Frente a essa Emergência Nacional, o projeto TelessaúdeRS-UFRGS ofereceu

voluntariamente sua equipe de mais de 200 profissionais em apoio aos governos federal e estadual e à sociedade. O TelessaúdeRS-UFRGS é um grande projeto de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da Faculdade de Medicina da nossa universidade que cria, investiga e aplica soluções de Telemedicina e Telessaúde para a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na qualificação da atenção primária e na melhoria da saúde da população. Em menos de três semanas, colocamos à disposição da sociedade as seguintes iniciativas:

- Criação de canal 0800 (0800 645 3308) para esclarecimento da população do Rio Grande do Sul sobre o mosquito, suas doenças e consequências, assim como a recepção de denúncias de possíveis focos.
- Criação de canal 0800 (0800 645 3308) para esclarecimento e apoio aos agentes comunitários de saúde (ACS), agentes de combate a endemias (ACE) e militares envolvidos no combate ao mosquito em todo o território nacional, a fim de elucidar dúvidas sobre o trabalho de identificação e eliminação de focos e sobre como orientar a população.
- Oferta do serviço de apoio, por meio do telefone 0800 644 6543, aos médicos e enfermeiros que trabalham em atenção primária à saúde no SUS de todo o Brasil para elucidar dúvidas clínicas quanto ao manejo das três doenças e suas consequências.
- Criação de um website para esclarecimentos à população do RS e recepção de denúncias de focos de mosquito no estado: www.rscontraaedes.ufrgs.br
- Apoio na criação da nota técnica da Secretaria Estadual de Saúde que reorganiza as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde no Rio Grande do Sul, elegendo como prioridade de seu trabalho o combate ao *Aedes*.

- Criação e disponibilização, junto com a Secretaria de Educação a Distância da UFRGS e a Secretaria Estadual de Saúde do RS, de um curso de educação a distância dirigido a todos os mais de 300 mil ACS/ACE e militares envolvidos no enfrentamento ao mosquito.
- Criação, em parceria com a empresa SISQUALIS e com a Secretaria Estadual de Saúde do RS, de um aplicativo para smartphone (RSCONTRAAEDES) para esclarecimento da população, recepção de denúncias de focos de mosquito e um lembrador de como evitar que novos focos se estabeleçam nos domicílios, disponível para Android e IOS.
- Criação, em parceria com a empresa SISQUALIS e com a Secretaria Estadual de Saúde do RS, de um aplicativo para smartphone (RSCONTRAAEDES) para monitoramento em tempo real do trabalho dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias e militares envolvidos no combate ao mosquito em todo o território gaúcho, disponível para Android e IOS.

Por meio dessas iniciativas, a UFRGS cumpre seu papel de servir à sociedade gaúcha e brasileira, sendo uma das instituições de liderança nacional no processo de combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Alia a produção de conhecimento e tecnologia na proteção da saúde da nossa população e serve como exemplo do uso de novas tecnologias para enfrentar um velho mal. Esperamos que, junto a muitas outras iniciativas importantes, dentro ou fora de nossa universidade, a sociedade consiga o grau de coesão exigido por esta Situação de Emergência e que logremos evitar que o número de crianças nascidas com graves sequelas não atinja níveis ainda mais elevados.

*Professor associado do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina, docente permanente do PPG-Epidemiologia e coordenador do TelessaúdeRS-UFRGS



A UFRGS cumpre seu papel de servir a sociedade gaúcha e brasileira, sendo uma das instituições de liderança nacional no combate ao mosquito *Aedes aegypti*



Etapa do torneio nacional de 2015 disputada no gramado artificial para futebol, já que faltam campos de hóquei no país

Meio futebol, meio taco

Olimpíadas
Hóquei sobre a grama cresceu no RS nos últimos anos, mas segue estranho para a maioria

“É parecido com o futebol: são onze jogadores para cada lado, dez na linha e um goleiro, e vence quem faz mais gols. A diferença é que se usa um taco e não se pode usar o pé.” Assim Daniel Finco apresenta o hóquei sobre a grama para alunos e professores com interesse no esporte. A comparação tem em primeiro lugar um tom marqueteiro, já que num país cuja mídia esportiva e até mesmo a prática em escolas são monopolizadas pelo futebol, qualquer semelhança é ponto positivo para se angariar seguidores. Mas também porque os dois esportes têm certo parentesco: com origens na Idade Média, suas versões modernas tiveram as regras formalizadas na Inglaterra vitoriana, na metade do século XIV, se espalhando pelas colônias e comunidades britânicas. A diferença é que o futebol, por sua simplicidade e facilidade de adaptação, conquistou a classe operária e o resto do globo, enquanto o hóquei, assim como o rúgbi e o críquete, seguiram restritos principalmente às colônias.

Daniel conheceu o hóquei nos Jogos Pan-americanos de 2007. Na época, fazia especialização em motricidade infantil na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS, onde se falava justamente do problema

de o Brasil explorar praticamente só um esporte, com as crianças daqui não desenvolvendo a batida com a mão, diferentemente das norte-americanas, por exemplo, que praticam o beisebol. “Vi o hóquei e pensei que o esporte seria interessante de incluir no projeto para crianças que havia na UFRGS: o Quero-Quero”, conta. O professor entrou em contato com a Confederação Brasileira de Hóquei de Grama, que ofereceu um curso sobre o esporte para Daniel e outros educadores físicos, além de 30 tacos de madeira para dar início à federação gaúcha. Desde 2013, Daniel ministra na ESEFID a disciplina de Hóquei como professor cedido pela Confederação, lotando as turmas dos últimos semestres.

Além das aulas, Daniel coordena há dois anos um projeto de extensão na Universidade que conta com dois bolsistas e horários reservados no ginásio da Escola, quando o treino da modalidade é aberto aos interessados no esporte. Com a formação de docentes e atletas, aos poucos o esporte foi ganhando adeptos, que criaram times para participar de campeonatos. Porém, como os únicos campos oficiais de hóquei no Brasil foram construídos para as Olimpíadas, no Rio de Janeiro, os treinos aqui são quase todos na modalidade indoor – que está para o jogo na grama assim como o futsal está para o futebol 11.

Improviso – A solução para treinar na grama sintética – que substitui o gramado natural de todas as quadras oficiais de hóquei desde a década de 1970 – é o improviso em quadras de futebol. Ainda longe do ideal, já que a “grama” mais alta e a borracha existente atrapalham o rolamento da bola de hóquei, o melhor seria

utilizar campos de futebol 11, como foi feito em etapas do campeonato nacional no ano passado, no Rio de Janeiro. Ainda assim, como são raros os gramados sintéticos para o futebol 11, há mais um nível de improviso, com treinos em quadras de futebol 7. O Província de São Pedro, única equipe masculina do estado no campeonato nacional, desde 2013 vem treinando no Parque Gigante, enquanto o time feminino, que representou pela primeira vez o estado no ano passado, treina na AABB de São Leopoldo.

A pequena quantidade de praticantes e de equipes é, ironicamente, mais um limite para o desenvolvimento do esporte. Jaqueline Machado, aluna do sétimo semestre de licenciatura em Educação Física na UFRGS e bolsista do projeto de extensão em Hóquei na Universidade, lembra que a ideia de formar uma equipe gaúcha feminina sobre a grama foi por haver somente três times indoor no estado, o que deixava o estadual desinteressante. Assim, juntaram-se as equipes para formar um time melhor e disputar os campeonatos nacionais. Se o custo inicial do esporte não chega a ser caro – paga-se pouco mais de 100 reais por um taco de iniciante –, a necessidade de viagens para disputas nacionais eleva muito o preço do esporte para que se mantenha em um nível competitivo.

De pai para filho – Aí entra o holandês Willem Vos. Morando há 15 anos na região metropolitana, ele conta que já procurava na internet informações sobre a prática deste esporte no país, mas só encontrou clubes em Florianópolis, até que, há pouco mais de um ano, descobriu a federação gaúcha

e começou a ir com seu filho aos treinos. Nascido no país com o maior número de quadras de hóquei por habitante, Willem conta que pratica o esporte pelo menos desde os 10 anos e que chegou a disputar a primeira divisão do holandês em torneios de base. Hoje, se diz “muito velho” – embora Jaqueline afirme que sua habilidade seria suficiente para ele jogar em nível competitivo no Brasil. Ainda assim, seu entusiasmo pelo esporte o colocou como principal patrocinador das equipes gaúchas. Em sua última ida à Holanda, por exemplo, encomendou 30 bolas para o time com o logo de sua empresa de stroopwafel (biscoito típico holandês). Além disso, Willem vende para os atletas caixas do produto a um preço abaixo do normal, para que eles revendam os biscoitos e utilizem o lucro para pagar as viagens.

O baixo número de equipes encarece a prática do esporte com viagens

Filho de Willem, Lucas, de 17 anos, conta que desde criança tinha um taco de hóquei, mas nunca deu muita bola, até começar a ir aos treinos. Durante a entrevista, em sua casa, em Ivoti, mostrou com um taco e uma bola algumas movimentações, passes e fintas que o esporte exige. A conversa continuou, mas a bolinha não parou. Assim como a maioria

dos meninos de sua idade não conseguiria deixar uma bola de futebol descansar, e conversaria sem problemas brincando, fazendo balãozinho ou pelo menos jogando de um pé para o outro, Lucas falava enquanto conduzia a bolinha e driblava adversários imaginários, nos humilhando com uma habilidade pouco comum no país. A intimidade, ainda que recente, com o esporte, já traz resultados. Além de disputar o campeonato nacional com o time adulto do Província, Lucas ajudou a levar a equipe sub-18 ao terceiro lugar, mesmo jogando sem reservas – no hóquei, as substituições são ilimitadas, o que faz com que, em um time equilibrado, ninguém jogue cansado, por conta das cerca de 60 substituições que ocorrem, em média, por partida. De quebra, foi escolhido o melhor jogador da competição.

Regras – Um fator que Daniel destaca como importante para angariar novos praticantes é a baixa quantidade de lesões que os atletas sofrem, devido ao menor contato físico, em comparação a outros esportes, especialmente ao futebol. É proibido também bloquear o jogador adversário com o taco ou o corpo, além de só ser permitido levantar a bola – que tem peso e tamanho parecidos com uma de beisebol – para chutar a gol ou quando não vai na direção de um adversário. “Mas acontece”, ri Lucas, ao comentar uma situação em que levou uma tacada no rosto por acidente, observando a obrigatoriedade, na Holanda, de se usar protetor bucal. Outro item de segurança obrigatório é a caneleira, muito maior e mais larga do que a usada no futebol, cobrindo desde o tornozelo até quase o joelho – mas que não evita os hematomas constantes, destaca Jaqueline.

Para que isso não seja um impedimento para educadores físicos levarem o esporte às escolas, Daniel procurou uma fábrica de brinquedos que produzia tacos de beisebol e raquetes de tênis, sugerindo que fabricassem também bolas e tacos de hóquei de plástico. A empresa aceitou, e o professor enviou um taco para que servisse de molde. “Com esse material, fica mais acessível”, comenta Daniel, “tanto para a escola comprar quanto para o professor se sentir mais seguro”.

Um legado para o esporte que os Jogos Olímpicos no Brasil deixarão, além dos dois campos oficiais, é o investimento, nos últimos anos, na base, e também o apoio às seleções. Nos Jogos Pan-americanos de 2015, os jornais colocaram a seleção masculina de hóquei entre os principais destaques do país: de equipe descredenciada, chegou a um digno quarto lugar, perdendo nos pênaltis para o Canadá, que na fase inicial havia batido o Brasil por 9 a 1. Daniel torce para que a seleção, que se classificou para as Olimpíadas por ranking, sem ser convidada, surpreenda novamente, talvez até com medalha, e que o investimento no esporte não termine com o fim dos Jogos.

Antônio Assis Brasil, aluno do 7.º semestre de Jornalismo da Fabco



Há que se cuidar do mundo

Revalidação

Médico sírio relata sua vivência e as dificuldades para exercer a profissão no país

Vivemos globalmente a maior crise de refugiados da história, superando até as migrações ocorridas ao fim da Segunda Guerra Mundial. Conflitos na Síria, Afeganistão, Eritreia e outros países do norte da África e do Oriente Médio empurraram para a Europa mais de 300 mil pessoas, estima a Anistia Internacional, e mais de quatro milhões globalmente, segundo a ONU. No caso da Síria, país que vive uma guerra civil intrincada desde 2011, com cinco grupos postulando o poder, incluindo os jihadistas do autointitulado Estado Islâmico, a situação é especialmente dramática. Diante desse cenário, o governo brasileiro parece almejar um papel de protagonismo. Desde quando o conflito começou na Síria, o Brasil recebeu mais de 2 mil refugiados, segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Os números são grandes se compararmos com o que o mesmo órgão divulga como o total de refugiados no país – aproximadamente 8 mil – e o que a Agência de Estatística da União Europeia (Eurostat) estima para o período entre 2011 e 2015. Comparativamente, os EUA acolheram 1.243, a Espanha, 1.335, Portugal, 15 e a Argentina, 23.

O esforço em receber todos esses migrantes e a urgência humanitária da causa parecem lhe garantir a validade. Muitas dessas pessoas em situação vulnerável, contudo, não encontram condições de sobrevivência. A batalha para entrar no mercado de trabalho brasileiro é árdua, cheia de entraves burocráticos, dificuldades com a língua e bloqueios classistas tanto para aqueles que vêm com quase nenhuma instrução quanto para profissionais qualificados a prestarem serviços em sua área de especialização. É o caso de Mohamed Feras Al-Lahham.

Ele é médico otorrinolaringologista, formado na Síria e especializado na Argélia. Fugiu de Damasco, onde morava e exercia sua profissão, em 2013, quando sentiu que a guerra demoraria a acabar. Viu a vida no país ser dificultada pela falta de condições (gás, luz e água) e pela insegurança devido aos constantes embates entre as forças do governo e os rebeldes. Atravessou a fronteira do Líbano com a mãe, duas irmãs e dois irmãos. Em Beirute, pediu refúgio a mais de 26 países. O Brasil foi o único a aceitar os seis membros da família de Al-Lahham. O grupo chegou a Curitiba – cidade escolhida pelo clima similar a Damasco e por ser “mais ecológica”, segundo



FLAVIO DUTRA/JU

Mohamed Feras Al-Lahham participa há sete meses de um estágio voluntário no Hospital de Clínicas, vinculado à Medicina da Universidade

Mohamed – no natal daquele ano. A este fato, o médico muçulmano atribui grande simbolismo: “Na Síria, o Natal era uma festa. A Síria costumava ser um país multirreligioso, com muçulmanos, cristãos, judeus, sunitas, entre outros. Então, cada festa de uma religião era um feriado de todos, comemorado por todos. Até a guerra, vivíamos juntos e em paz, mas agora tudo mudou”, comenta.

Revalidação – Inicialmente, Mohamed sofreu muito com as dificuldades relativas à língua, tanto que ele resiste em falar sobre esse período. Frequentou as aulas de um programa de português para estrangeiros da UFPR junto com a sua família, e as coisas começaram a melhorar. Decidiu procurar emprego, então ficou sabendo da necessidade de prestar a prova do Revalida, organizada pelo Ministério da Saúde ou por algumas instituições de ensino superior em todo país e pré-requisito para a revalidação de diploma de medicina obtido no exterior. Além de questões de ciências médicas, a prova também cobra conhecimentos de português e de legislação da Saúde brasileira.

Para Laura Madrid Sartoretto, advogada do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (Gaire) do Serviço de Assistência Jurídica Universitária (Saju) da Faculdade de Direito da UFRGS, é preciso pensar em equiparações a quem vem em condição de refúgio: “Todas essas peculiaridades, levando em conta pessoas em situação vulnerável, têm de ser consideradas. Muitas ainda não dominam nosso idioma”. Aline Passuelo, socióloga, também do Gaire, lembra que a Lei de Refúgio, assinada em 1997, prevê flexibilização de documentos

e que esse pressuposto já foi utilizado para suspender a exigência de revalidação para os profissionais do Mais Médicos. Os estrangeiros que vieram para o programa receberam um visto temporário, porém apenas para atuar na área da medicina básica.

Mohamed conta que os refugiados palestinos que fugiam para a Síria antes da guerra não passavam pelo mesmo processo que os médicos que migravam por outros motivos. “Muitos médicos vêm da Bolívia, do Peru e do Paraguai para o Brasil fazer a prova. Se passam, continuam aqui, se não, voltam para o seu país”, argumenta. Laura enxerga também esse acolhimento como uma compensação: “Se pensarmos bem, o benefício dessa equiparação pode trazer ao Brasil profissionais preparados e qualificados para nos ajudar”. Ela lembra que, em países com grande histórico de imigração, como a Inglaterra, é comum ter núcleos médicos designados para atender comunidades de estrangeiros, e que por isso não possuem um inglês tão avançado.

Legislações – Para as especialistas do Gaire, toda a questão judicial envolvendo os refugiados é marcada pela incongruência entre esforços que abraçam a ideia humanitária de defesa dos direitos humanos e leis escritas no período da ditadura civil-militar, que veem o migrante como um problema de segurança nacional. “Então, o que temos é um cenário muito pulverizado: por um lado, uma lei avançada e que vem na esteira do Plano Nacional de Direitos Humanos (1996); por outro, uma legislação retrógrada, o Estatuto do Estrangeiro (1980), que trata o migrante como inimigo do Estado.

São concepções contraditórias”, explica Aline.

Tramita neste momento no Congresso a revogação do Estatuto do Estrangeiro e a proposição de uma nova lei, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), que traz avanços, mas é vista com reservas pelo Gaire. Além disso, é preciso superar outros obstáculos, que crescem por conta da crise econômica: “O grande mote é ‘o capital circula livremente’, mas as pessoas não podem circular. Elas só se deslocam quando há o interesse. Então, quando precisamos de mão de obra, vamos buscar estrangeiros. Quando há retração, o discurso muda e a xenofobia começa a aparecer”, afirma a socióloga.

Para Laura, esses gestos xenófobos aparecem justamente porque ainda precisamos desfazer aquele antigo mito do imigrante que vem para roubar empregos: “A ONU tem produzido relatórios sobre o efeito positivo dos migrantes para os países. O último estudo, de 2015, mostra que essa população não só gera riqueza para quem a acolhe, através de sua força de trabalho, como muitas vezes manda dinheiro de volta para seu país de origem”. Apesar das dificuldades, a advogada vê com bons olhos o futuro da questão do refúgio no Brasil. O próprio gesto de receber essas pessoas indica que o poder público tem interesse de exercer um papel preponderante diante da crise humanitária: “Eu acredito que há vontade política para mudar o cenário de quem trabalha nessa área, e essa é uma construção que acontece aos poucos”, reforça a advogada.

De volta à escola – Após várias tentativas, Mohamed não conse-

guiu ainda fazer a sua revalidação, por isso participa há sete meses de um programa de estágio voluntário no Hospital de Clínicas, vinculado à UFRGS. O estágio é uma possibilidade que o médico encontrou de se manter ativo: “Para mim, não é perder tempo. Eu precisava interagir com médicos e pacientes, e ouvir o português. Tem coisas que você não consegue aprender nos livros, como a maneira de falar com um paciente. O brasileiro talvez seja diferente do sírio; talvez espere outras coisas do médico”, diz.

Liane Dolniak, secretária da Comissão de Graduação da Medicina, explica como funciona o estágio: “É uma exceção aberta para ele, por estar em situação de refúgio. Ele faz uma complementação de estudos, ingressando como se fosse um aluno de quinto ano de Medicina e cumprindo três meses de internato em quatro especializações”. Mohamed deverá cumprir, então, 2.550 horas de uma prova a outra (estar entre provas é uma das exigências). “Cheguei aqui e amei esse hospital. Adorei os professores, não esperava que fosse ser tão bom”, conta sorrindo.

O médico considera a prova justa e faz questão de enfatizar o quão grato é por ter sido recebido aqui. Pondera apenas que refugiados deveriam participar de outro processo, já que não possuem alternativa. Questionado se pensa em um dia voltar à Síria, diz que torce todos os dias pelo fim da guerra, mas que agora não vê perspectiva. Depois sorri e diz que o foco da família é fazer a vida aqui: “Eu quero ajudar de verdade. E o meu jeito é exercendo a minha profissão”.

Igor Porto, formando de Jornalismo da Fabico

Vestibular mais acessível

Inclusão *A fim de oferecer iguais oportunidades aos candidatos com necessidades especiais, Universidade mobiliza recursos humanos e estrutura especializada durante as provas*

Jacira Cabral da Silveira

A cada edição do Vestibular, a UFRGS amplia esforços para oferecer atendimento especializado aos candidatos com necessidades especiais e aos que apresentam algum tipo de deficiência. Do acolhimento dos vestibulandos, que chegam quase sempre em companhia de algum familiar, ao auxílio em si para a aplicação da prova, tudo é pensado a fim de proporcionar mais inclusão, equidade e a maior autonomia possível aos estudantes.

A Comissão Permanente de Seleção (Coperse) organiza o atendimento conforme as demandas apresentadas na inscrição ao Vestibular. Em 2016, 88 candidatos solicitaram auxílio diferenciado para a realização dos testes. Durante o concurso, eles realizaram as provas em prédios com acessibilidade, nos quais também havia espaço e conforto para os familiares que acompanhavam alguns dos estudantes.

De acordo com o reitor Carlos Alexandre Netto, “a cada ano o atendimento a esse público cresce, com mais candidatos inscritos e com um grau altamente especializado de atenção. Entendemos que os candidatos com necessidades especiais, que têm talento e preparo para entrar na Universidade, não terão na sua condição especial um empecilho para chegar à UFRGS”.

Com idade média de 20 anos, os candidatos com deficiência se inscreveram no Vestibular 2016 para cursos em áreas diversas, como Direito, Medicina, Economia, Pedagogia e Biblioteconomia.

Atendimento – Os vestibulandos cadeirantes, com dificuldades de locomoção, deficientes visuais, auditivos, além de disléxicos, ficaram concentrados, em sua maioria, em salas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico). Já os candidatos com diversos tipos de síndrome, como pânico, depressão, down e tourette realizaram

as provas no Anexo 1 do Câmpus Saúde, enquanto os estudantes com dislexia que não solicitaram uma hora adicional para responder às provas ficam em salas na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid).

Entre os recursos oferecidos aos candidatos de baixa visão estavam, por exemplo, as provas em braile, impressas em tamanho ampliado, as provas transcritas para a tela do computador de onde era possível ouvir as questões, além de software para transcrição da prova de redação. Para conforto e maior segurança, o estudante podia, inclusive, solicitar mais de um tipo desses recursos. Já os deficientes auditivos e os surdos contaram com intérpretes de libras, que leram as questões, dando tempo para que os estudantes respondessem, e permaneceram de prontidão para atender a qualquer dúvida. Os disléxicos, por sua vez, que apresentam frequentemente alguma dificuldade na escrita, tiveram apoio de fiscais transcritores

de redação e de elipse, ajudando os vestibulandos a preencher a folha de respostas. A maioria dos candidatos solicitou hora adicional para responder aos testes. Em muitos casos, quando havia necessidade de ler a prova para o candidato, foi recorrente ficar apenas um estudante por sala com o auxílio de dois fiscais.

Mais fiscais que alunos – Para melhor atender a um número crescente de candidatos com deficiência que procuram a Universidade, neste ano, a UFRGS disponibilizou 100 profissionais, entre coordenadores, equipe de fiscais e auxiliares com capacitação e treinamento específico, para atuar na aplicação das provas. A maioria já trabalhou no vestibular neste tipo de atendimento, muitos são funcionários da UFRGS acostumados a lidar com inclusão no ambiente acadêmico, professores de libras, estudantes da Faculdade de Educação, além de dois coordenadores surdos, professores da Faculdade de Educação e do Instituto

de Letras, que facilitaram a interação entre candidatos e as equipes.

A fiscal Mariza, que acompanhou as provas auxiliando uma jovem com baixa visão e há três anos é bolsista do Núcleo de Acessibilidade da UFRGS (Incluir), diz ser apaixonada pelo braile, embora tenha feito curso de sinais na graduação. Na avaliação da estudante do curso de Museologia, “é muito gratificante trabalhar no Incluir. É aquele momento em que tu consegues pegar um livro, adaptar o conteúdo e verificar que o aluno conseguiu entender por que tu conseguiste passar aquilo pra ele”.

Pioneirismo e referência – O atendimento especializado aos vestibulandos com necessidades especiais está longe de ser novidade na UFRGS. Em 1994, foi instituída a prova em braile, primeira iniciativa para atender candidatos com necessidades especiais. No último concurso, em janeiro de 2015, a Universidade recebeu 79 candidatos com essas características, incluindo deficientes visuais e auditivos e estudantes com dislexia e com mobilidade reduzida. Em 2014, foram 72 estudantes; e em 2013, 63 vestibulandos com deficiência.

A Universidade dispõe do apoio de professores dos cursos de Letras, que atuam também no curso Fonoaudiologia para avaliação das redações dos candidatos com dislexia. A meta de sempre se antecipar às demandas transformou a UFRGS numa referência para outras universidades que estão implementando ações de inclusão.

De acordo com uma das coordenadoras do vestibular para pessoas com deficiência, Liliane Giordani, entre os objetivos do programa Incluir para os próximos vestibulares está a inclusão de imagens previamente descritas para todas as provas. “Hoje em dia elas são descritas pelos leitores que não têm acesso a essa informação anteriormente”, informa, embora reconheça que o aspecto do sigilo deva ser preservado. Por outro lado, observa: “Se a questão não tem como ser acessível, ela não deve existir na prova”.

Segundo Liliane, o Incluir trabalha com duas linhas principais de ação: articulação, fomento e consolidação da política de inclusão e acessibilidade da UFRGS; e acompanhamento e apoio técnico às pessoas com deficiência na instituição. Estudantes acompanhados pelo Núcleo contam com atividades de apoio técnico, como leitor eletrônico, produção de materiais didáticos em braile, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (libras), ampliadores de tela e lupas eletrônicas, acesso a softwares leitores, guias videntes e acompanhamento em sala de aula e em atividades extraclasses. Assim que os alunos ingressam na Universidade, podem solicitar uma entrevista no Núcleo para apresentar suas demandas.

FLÁVIO DUTRA/JU

Aprovada para uma vaga no curso de Economia, a sul-mato-grossense Ava de Freitas elogiou a leitura clara das provas pelos leitores



Bixo da Economia

Ava de Freitas é natural de Mato Grosso do Sul, mas no ano letivo de 2016 ela terá novo endereço: o curso de Economia da UFRGS. Depois de vir acompanhada no primeiro dia das provas que realizou no prédio da Fabico, ela veio todos os outros sozinha, pegando metrô e ônibus de forma independente. A candidata diz ser comum as pessoas pensarem que ela não tem deficiência alguma, pois seu problema de baixa visão não é perceptível devido à ausência do uso de bengala. “Mas não enxergo nada à distância, por isso não posso tirar carteira de motorista”, comenta, já que sua capacidade de visão não chega a 60%. Deficiência provocada pelas cicatrizes que tem em ambas as retinas,

fazendo com que o olho direito seja o dominante e o esquerdo atue somente para reflexo.

“É a primeira vez que consigo fazer um vestibular sem correr”, comemora a nova aluna da UFRGS. Só a prova de redação foi um pouco mais complicada neste sentido, embora ela mesma reconheça que escreve demais, uma vez que teve de reduzir as 80 linhas que escreveu para as 50 exigidas no teste. Também elogiou a leitura clara dos leitores: “todos eles estavam bem preparados, especialmente a de Química. Acho que ela era da área, porque lia bem bonitinho até”. Mas o que a jovem sul-mato-grossense mais percebeu de favorável durante as provas foi o clima de tranquilidade, sem tumulto de gente em volta

de barulho, aspectos que atrapalham em sua concentração. “Isso ajuda 100%”, acrescenta.

Como aluna da UFRGS, Ava espera a ampliação do material didático, especialmente das provas. Ela diz já ter tido problemas nesse sentido no instituto federal na cidade onde, até o ano passado, morava com a mãe. Conta que a direção se negou a adaptar as provas ao seu problema de visão e também não disponibilizou quadros maiores. “Foi um ano de briga, quase reprovei”, recorda. Mas, a partir do ensino médio, Ava não teve mais problemas, pois a escola começou a se adequar a esse tipo de demanda: “Acho que as pessoas estão começando a se preparar para esse tipo de aluno”, conclui.

Não ao utilitarismo

Nuccio Ordine, convidado para ministrar a Aula Magna que marca o início deste semestre, é um militante humanista e defensor apaixonado do ensino dos clássicos. Para ele, essas obras nos ajudam a saber como nos comportarmos no presente e nos dão algumas diretrizes de como devemos agir com relação ao futuro.

Ânia Chala

No dia 10 de março, às 10h, ele faz a abertura oficial do semestre letivo da Universidade, apresentando a conferência “A utilidade dos saberes inúteis” no Salão da Atos da reitoria. Filósofo, professor de literatura italiana da Universidade da Calábria e um dos maiores especialistas contemporâneos sobre a Renascença e Giordano Bruno, recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UFRGS em abril de 2012. De volta ao Brasil para divulgar seu novo livro, *A utilidade do inútil* (lançado em fevereiro pela Editora Zahar), no qual mostra como a lógica utilitarista e o culto da posse acabam por murchar o espírito das pessoas, Ordine alerta sobre o perigo da adoção dessa visão limitada para a cultura, a criatividade e as instituições de ensino. Nesta entrevista exclusiva ao JU, concedida por email e traduzida pelo professor Luiz Carlos Bombassaro, da Faculdade de Educação, ele explica por que não podemos ter a ilusão de educar os jovens exclusivamente para o mercado.

Em sua fala em 2012 aqui na UFRGS, o senhor criticou o pragmatismo da academia na atualidade, mais preocupada em alcançar índices de produtividade do que em pensar de fato a Ciência. Essa situação se mantém?

Infelizmente esse quadro piorou na Itália e na Europa. Foram publicados recentemente os programas do *Horizons 2020*, que financiam os futuros projetos de pesquisa. Neles não existe espaço algum para a área das humanidades. Os programas europeus estão destinados exclusivamente à criação de grupos de pesquisa que depois devem traduzir seus trabalhos em tecnologia, em suportes

para a internet, ou então em postos de trabalho ou no incremento ao turismo. Não há interesse pela pesquisa humanística enquanto uma reflexão sobre o passado para compreender o presente e prever o futuro. E a lógica empresarial predomina cada vez mais nas universidades. Estas, porém, não podem ser gerenciadas como empresas e os estudantes, tratados como clientes. Também o sistema de avaliação é um equívoco. Hoje, e me refiro especialmente às ciências humanas, esses sistemas não valorizam aqueles que têm méritos. É desnecessário reunir uma máquina burocrática, que custa milhares de euros, para saber em cada departamento quais são os colegas que trabalham e quais aqueles que não trabalham. Por isso, penso que o “empresariamento” da universidade e, por outro lado, sua burocratização criam problemas muito sérios e, sobretudo, acabarão com a possibilidade de conceber a universidade como um lugar no qual se reflete, se ensina, se faz pesquisa – e também se faz pesquisa básica, pesquisa não aplicada. Hoje, os professores se tornaram burocratas a serviço da burocracia universitária. As duas tarefas primordiais de um professor, que deveriam ser ensinar e fazer pesquisa, têm de ser negociadas todos os dias com as autoridades acadêmicas.

Em seu trabalho é forte a defesa do estudo dos clássicos para a formação em qualquer área de conhecimento. De que forma isso pode ser estimulado em um mundo centrado na tecnologia e no interesse pelo lucro?

Penso que temos de começar pela escola e pela universidade. Esses deveriam ser os lugares de resistência ao utilitarismo, à lógica do lucro. Digo isso por três razões. A primeira: com o dinheiro pode-se comprar

tudo, mas não se pode comprar o saber. A segunda: o saber e o ensino constituem uma forma de negação do pressuposto básico de toda transação comercial. Em toda transação comercial há sempre uma perda e um ganho. Posso ensinar o teorema de Pitágoras sem perdê-lo. Posso dar uma aula sobre Montaigne, sem perder o conhecimento que tenho desse filósofo. Isso significa que a cultura realiza um milagre e pode colocar em crise as leis do mercado.

“O saber e o ensino constituem uma forma de negação do pressuposto básico de toda transação comercial”

A terceira razão surge de um belo exemplo dado por um prêmio Nobel da Literatura, um grande dramaturgo irlandês, George Bernard Shaw. O que diz ele? Suponhamos que dois estudantes de Porto Alegre saiam de casa cada um com uma maçã. Mais tarde, se encontram numa sala de aula da universidade e trocam as maçãs entre si. Quando voltarem para casa, cada um deles terá consigo uma maçã. Mas mudemos o cenário: se dois estudantes saem de casa cada um com uma ideia e, depois, quando se encontram numa sala de aula da universidade, trocam entre si essas ideias, cada um deles voltará para casa com duas ideias. A cultura enriquece todos os seus protagonistas. Por isso, penso que, a um mundo como o nosso, que se funda unicamente no

lucro e no utilitarismo, as escolas e as universidades deveriam reagir. Deveriam ser um lugar de resistência. Entretanto, as coisas não se passam assim. Se quisermos mudar a sociedade e as coisas, devemos transformar primeiro a escola e a universidade.

Educadores em geral têm se deparado com o problema da obsolescência do modelo de ensino adotado nas escolas. Como o senhor vê essa questão?

Esse é um tema central do meu livro e das minhas reflexões. Parto da experiência italiana. Na Itália, todas as reformas feitas nas escolas e nas universidades nos últimos 20 anos simplesmente as destruíram. Devo dizer que houve um acordo mútuo entre partidos de direita e de esquerda nesse sentido. Por quê? Porque não compreenderam o essencial, o mais importante: a boa escola não é feita pelos computadores nem pela internet ou pelo diretor-presidente da empresa. A boa escola é feita tão somente pelos bons professores. Há alguns dias, reli uma belíssima carta que o prêmio Nobel de Literatura Albert Camus escreveu ao seu professor Louis Germain em 1957. Logo após ter recebido a notícia de que havia ganhado a distinção, Camus lembrou de seu mestre, o professor que lhe salvou a vida, porque, aos 11 anos, tendo origem em uma família pobre, se ele não tivesse encontrado aquele mestre que o encorajou a frequentar o colégio, a vida de Camus teria acabado provavelmente por tomar outras direções. Por isso, afirmo que o mais importante são, sobretudo, os bons professores. Os bons professores são criados por meio de concursos seletivos; são criados não como um bando de desempregados e de pessoas com ocupação precária, como aconteceu na Itália, mas com uma rigorosa seleção anual.

O ritmo ditado pela comunicação em tempo real tem gerado grande ansiedade no ser humano, preocupado em “estar por dentro” do que acontece. Essa ânsia por atualizar-se não estaria nos levando a um estado de permanente tensão?

Hoje existe uma lógica, muito bem descrita por vários autores, dentre eles o grande dramaturgo Eugène Ionesco, a quem eu cito em meu livro *A utilidade do inútil*: o problema da velocidade, de não se ter tempo. A velocidade e a falta de tempo causam ansiedade, porque não conseguimos fazer todas as coisas. Penso que o mais importante neste momento seja se contrapor à velocidade – imposta pela internet, pela comunicação, pelo lucro e pelo “empresariamento” exasperado – fazer um elogio à lentidão. Também a educação não pode ter a ilusão de preparar os jovens exclusivamente para o mercado, porque ele varia e se transforma de um modo extraordinário. E se vamos preparar os jovens hoje, em

2016, quando eles concluírem seus estudos, o mercado já terá mudado. Por isso, nos iludimos ao pensar que podemos responder à velocidade com velocidade. Devemos responder à velocidade com a lentidão. A escola e os estudos exigem lentidão. O conhecimento e o saber exigem momentos de concentração, nos quais temos de nos desconectar, desligando o celular, a televisão, o ruído de fundo, e nos recolher em nós mesmos para refletir. É disso que necessitamos.

Qual a sua análise sobre o fenômeno das redes sociais e a intolerância presente nos fóruns de debates virtuais?

As redes sociais são instrumentos muito úteis. Não esqueçamos que, nos países em que vige a ditadura, a internet, as mensagens e o telefone podem criar uma oposição capaz de denunciar as censuras operadas pelo governo sobre a imprensa, a televisão, os jornais e a informação em geral. Porém, não devemos esquecer que a internet, os meios de comunicação e as redes sociais são instrumentos e, portanto, o mal não está no instrumento, mas no modo como nós o usamos. Apresto sempre um exemplo aos meus estudantes para fazê-los compreender que coisas como o Facebook, que tem sua utilidade, podem se transformar numa armadilha, num modelo negativo de educação. Os estudantes tendem cada vez mais a ter relações virtuais. Para eles, a amizade é um click no Facebook. Mas a amizade não é isso. O mais dramático é que os jovens sejam educados para a superficialidade. Cada vez mais o sexo virtual ocupa um lugar de destaque entre eles. Certa vez fui à pizzeria da universidade e vi dois jovens, provavelmente namorados, que comiam uma pizza. Observei-os durante uma hora e nenhum deles disse uma palavra. Cada um jogava com seu próprio celular. Viver uma virtualidade das relações é viver com superficialidade as relações humanas. Isso é algo que me preocupa. O instrumento não é nem bom nem mau em si, mas percebo que a virtualização e a conectividade criam problemas sérios para os jovens. Foi demonstrado, por diversos estudos, que nas escolas hipertecnologizadas os jovens têm um desempenho menor, se distraem, não se concentram. Isso significa que aquilo que pensávamos ser a *conditio sine qua non* com muita frequência revela-se, em vez disso, uma forma negativa que promove a distração. Outra questão que diz respeito à internet é o fato de que ali todos podem dizer o que bem entendem. Há tantas páginas insanas, tanta superficialidade, e evidentemente tantas formas de racismo e, sobretudo, de opressão. Na Itália e na Europa não foram poucos os jovens que, uma vez expostos ao ridículo na internet ou no Facebook, por vergonha, decidiram se suicidar. Infelizmente, a internet é feita para aqueles que sabem, não para aqueles





FOTOS: FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAIO/2012

que não sabem. Na internet qualquer um, e também um ignorante, pode escrever o que quer, criando campanhas racistas que seriam muito difíceis de criar com outros instrumentos que têm filtros e controles.

No ambiente de globalização, em que as questões da migração ou do terrorismo adquirem uma dimensão global, parecemos cada vez mais distantes dos problemas de nossas cidades ou regiões. Quais as possíveis consequências desse alheamento?

Estamos situados num contexto no qual há uma espécie de cisão entre poder e política. O poder é o instrumento por meio do qual a política pode realizar os seus programas. Hoje, no entanto, a política é local, enquanto o poder se tornou vaporoso, não se sabe mais onde ele está. Dou um exemplo: a Grécia. O parlamento grego tem o poder de fazer leis. A Europa impôs à Grécia uma série de medidas, de tal modo que seu parlamento perdeu a autonomia, assim como os parlamentos da Itália e da Espanha. Aqui está a cisão entre um parlamento que é deposto por um poder que sempre se desloca para outro lugar. A própria Europa, por sua vez, pode impor as suas leis, mas deve entrar em acordo com o sistema financeiro, os bancos e as grandes multinacionais. O drama que se está vivendo é que as decisões das pequenas comunidades são continuamente colocadas em perigo por determinações tomadas em outro lugar e que depois trazem consequências extraordinárias para a vida das realidades periféricas. Dou mais um exemplo: o tema da onda migratória que se dirige à Europa não afeta somente a Grécia ou a Itália. Deveria ser uma questão de toda a

comunidade europeia. Em vez disso, a Europa levou anos para compreender que deve ser solidária. O problema da migração é provocado também por outras situações – pela guerra, pela fome, pela exploração, nas quais as grandes potências mundiais estão envolvidas. É claro que num contexto desse tipo as relações entre local e global tornam-se difíceis, e qualquer que seja a decisão tomada no âmbito local deve sempre levar em conta o que se passa em nível global.

Como o senhor avalia a repercussão de sua obra *A utilidade do inútil, especialmente entre os estudantes*?

Desde que o livro foi publicado, fiz quase 80 conferências em 80 colégios do norte ao sul da Itália. Tive a ocasião de falar com milhares de estudantes. Eles são a parte mais bela, a melhor parte da escola, porque quando encontram discursos com valores fortes, quando alguém lhes faz compreender com clareza qual deveria ser o objetivo da escola, reagem de maneira positiva. Isso porque os estudantes querem ouvir falar com convicção, querem ser encorajados a fazer mais. Hoje a escola não está em condições de fazer isso. Ela quer preparar os jovens apenas enquanto clientes a comprar seu diploma. E isso é algo muito negativo, que avilta a função do ensino e a função do conhecimento. Nas escolas e nas universidades não se ensinam mais os clássicos, mas unicamente a história da literatura. Leem-se algumas poucas páginas. É impossível que um jovem possa amar a literatura lendo o resumo de um romance. E nós temos de promover a leitura dessas obras clássicas, porque elas nos falam das coisas do presente, nos fazem com-

prender não somente o mundo em que vivemos, mas a nós mesmos. Elas favorecem essa viagem ao interior de nós mesmos. Então, no momento em que eliminamos os clássicos com a ideia de que a nós serve somente olhar o futuro, estamos matando o próprio futuro, porque não pode haver futuro sem um passado. Basta simplesmente ler uma página de um romance: ele nos explica com muita clareza o que está acontecendo ao nosso redor. Às vezes, um pequeno poema, com um verso, consegue dizer o indizível, consegue fazer ver o invisível. Eis porque os clássicos são importantes para a formação.

“Infelizmente, a internet é feita para aqueles que sabem, não para aqueles que não sabem”

Há mais de 20 anos, o senhor tenta convencer seus alunos de que não se frequenta a universidade para obter um diploma, mas para aprender a raciocinar de forma independente. Tem tido sucesso nessa proposta?

Sempre dediquei a primeira aula do meu curso a explicar aos estudantes que não se vem à universidade para conquistar um diploma, que a universidade é uma oportunidade que a sociedade nos oferece para procurar, sobretudo, sermos melhores. Devo dizer que, no início, eles ficam estupefatos. Depois, quando lhes

faço compreender que alguns versos do *Orlando Furioso*, de Ariosto, nos falam da tolerância e da necessidade de destruir o dogmatismo; quando algumas páginas de Montaigne ou de Giordano Bruno lhes mostram que a verdade não é algo que se conquista ou se possui, mas algo que se busca continuamente, então os jovens reagem de maneira positiva. Devo dizer que nesses anos de docência sempre encontrei nos meus estudantes uma grande adesão a esses valores e um esforço especial para estudar. Penso que a paixão dos estudantes está diretamente ligada à paixão que os professores têm por ensinar. Se os professores ensinarem com paixão, os estudantes reagirão com paixão. Eis porque, como dizia George Steiner, um professor que não tem paixão ao ensinar comete um crime gravíssimo, porque pode destruir a vida e o entusiasmo de muitos jovens.

Em uma entrevista de 2014, o senhor afirmou que, quando se reduz o orçamento para universidades, escolas, teatros, pesquisas arqueológicas e bibliotecas, a excelência de um país está sendo diminuída, eliminando qualquer possibilidade de formar toda uma geração. Que país na atualidade poderia contrapor esse exemplo?

É cada vez mais generalizada a tendência de estabelecer como úteis somente aqueles saberes que produzem lucro. Eis por que no Japão, em agosto do ano passado, o ministro da Educação propôs o fechamento de mais de 20 faculdades de humanidades em seu país. A ideia é que tais instituições são um luxo ao qual, dada a atual crise, os governos não podem se permitir. Essa é uma noção

completamente equivocada e suicida sobre o futuro de um país. Se há um país que compreendeu muito bem que as ciências humanas são fundamentais para o desenvolvimento futuro da humanidade, esse país é a Coreia do Sul. Atualmente, eles fazem investimentos enormes exatamente no setor das ciências humanas. Por quê? Porque os sul-coreanos, que têm um alto nível de desenvolvimento tecnológico, compreenderam que sem criatividade não há futuro nem para a tecnologia nem para a ciência e que a criatividade pode ser estimulada pela fantasia, pela imaginação, pelos saberes humanísticos que hoje são desprezados. Mas há outro ponto importante: se educarmos gerações sem contato com o que é gratuito e desinteressado – contato que nos é dado propriamente por esses saberes considerados inúteis, como a literatura, a filosofia, a arte, a música, a pesquisa científica básica –, o que criaremos? Criaremos um mundo de bárbaros; um mundo no qual diante da destruição dos monumentos de Palmira ninguém ficará chocado. É inacreditável que a grandes potências mundiais se mobilizem para defender os poços de petróleo, mas não para defender as obras de arte, já que elas são um patrimônio da humanidade, algo único e irreproduzível. Se eu destruo a Mona Lisa de Leonardo, destruí algo que não poderá mais ganhar vida, enquanto um poço de petróleo pode ser reconstruído em muitas outras partes do mundo. Eis por que a beleza pode nos ajudar a compreender o amor desinteressado e, assim, ajudar os jovens a compreenderem o que significa o amor pelo bem comum, o amor pela gratuidade. Hoje precisamos dessas disciplinas para tornar mais humana a humanidade.

25 anos de construção

Integração O Mercosul se mantém em meio a dúvidas e esperanças

Samantha Klein

O Mercosul já viveu momentos de euforia durante a onda liberal que chegou ao continente americano nos anos 1990, da mesma forma que passou por profundas crises que quase sepultaram a iniciativa lançada com a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991.

Quando o bloco regional atinge sua maturidade, mesmo que uma Tarifa Externa Comum não tenha sido plenamente implementada entre os países-membros e existam exceções para setores mais sensíveis, a questão da integração regional se torna ainda mais relevante diante de fatores como o cenário externo de retração da economia chinesa e a derrubada nos preços das commodities. Apesar das permanentes incertezas e mudanças políticas internas, professores que estudam o tema do Mercosul projetam a continuidade e um provável fortalecimento do bloco nos próximos anos.

Questão comercial – O bloco emergiu em um período de crise econômica que abarcou toda a América Latina nos anos 1980. O comércio entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai cresceu exponencialmente a partir do Tratado de Assunção. No final da década seguinte, porém, uma nova crise abalou os membros do bloco. Foi uma época em que a Argentina e o Brasil, em especial, abriram seus mercados e promoveram a flexibilização econômica. Contudo, essa abertura externa tornou as nações mais vulneráveis às instabilidades do contexto internacional.

“No final dos anos 90, o modelo neoliberal de refinanciamento das dívidas dos países latino-americanos esgotou-se. O Brasil teve de ser socorrido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto a Argentina enfrentou uma crise com o colapso do balanço de pagamentos. Ao contrário do que aconteceu conosco, o governo americano não quis socorrer os vizinhos argentinos. Dessa forma, o Mercosul quase desmoronou, já que as duas principais economias estavam em bancarrota”, considera o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Luiz Augusto Estrela Faria.

No início dos anos 2000, o bloco ganhou novo ânimo com a ascensão de governos populares e a adoção de políticas de redução da pobreza e das desigualdades em toda a região. Esse foi o período com o maior volume de trocas comerciais entre Brasil e Argentina. Entre 2003 e 2007, as exportações saltaram de US\$5 bilhões para US\$20 bilhões ao

ano, conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

O economista paraguaio do Centro de Información y Recursos para el Desarrollo (CIRD), Aldo Centurión López, ressalta que, além de uma disparidade na balança comercial entre os signatários do acordo, o volume comercial está muito aquém da expectativa de integração. O especialista esteve na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS para participar de painel sobre os 25 anos da assinatura do tratado no final do ano passado. “O comércio entre os países reduziu-se muito. Precisamos de maior integração produtiva e comercial, tendo em conta que o Mercosul não passa de 15% das transações entre países membros. Isso é muito pouco se comparado com a União Europeia, onde a taxa é de 60%”, sentença.

López também destaca o desequilíbrio comercial no interior do bloco. A desvalorização do real fez com que a balança comercial pensasse favoravelmente para o Brasil, que tem no Mercosul um dos seus principais mercados para a venda de produtos industrializados. “O Paraguai depende muito dessa integração regional, porque é fundamentalmente um país agrícola e necessita dos produtos manufaturados pelo Brasil. Mas uma negociação tem de ser boa para os dois lados.”

Já o docente argentino Andres Musacchio, que também esteve na Faculdade de Ciências Econômicas a convite da Pós-graduação em Relações Internacionais, ressalta que o governo de Cristina Kirchner foi obrigado a barrar a produção brasileira devido ao desequilíbrio comercial. “As exportações entre Brasil

e Argentina cresceram rapidamente nos últimos 15 anos. A Argentina melhorou sua economia, portanto importou mais do Brasil. Conosco também aconteceu o mesmo. Mas o Brasil vem tolerando as restrições porque tem consciência do déficit da balança comercial. É pressuposto que nenhum país aceite restrições alfandegárias, mas, em última instância, o governo brasileiro acaba cedendo porque o déficit é difícil de ser resolvido”, sustenta o professor da Universidade de Buenos Aires.

No contexto neoliberal dos anos 90, o tratado surgiu com viés exclusivamente econômico de integração. No entanto, ao longo dos anos, a formação do Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM), o Parlamento do Mercosul e o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul colaboraram para a maior integração social e cidadã.

Apesar de perceber dificuldades quanto a uma integração semelhante à da União Europeia, Musacchio observa que essa é a única ferramenta diplomática para enfrentar a concorrência das grandes potências. “Os países-membros, principalmente Argentina e Brasil, tendem a se voltar para a União Europeia por meio de acordos bilaterais. Essa tática destruiria o bloco regional e não avançaria em reais vantagens, principalmente porque os europeus não vão derrubar seus subsídios ao setor agrícola”, avalia.

Acordo automotivo – Apesar das controvérsias com o país vizinho, o acordo automotivo é um dos principais trunfos do mercado comum. Por esse sistema, a cada US\$ 1 que a Argentina vende ao Brasil em autopeças e veículos, as

montadoras brasileiras poderão exportar aos hermanos US\$1,50 com isenção do imposto de importação. Acima disso, os veículos nacionais pagam tarifas de 35% para entrar no mercado portenho. Os carros precisam ter pelo menos 60% das peças e componentes feitos no Mercosul.

Automóveis representam metade do comércio entre os dois países, e a renovação do acordo é crucial para restaurar os volumes de negociação, ajudando a reduzir os déficits em conta corrente de ambos. O documento, cuja fórmula é conhecida por “flex”, vence em junho deste ano.

“O Brasil tem superávit industrial dentro do Mercosul e mesmo na América Latina, o que serve como um mercado para a indústria brasileira. Em alguns setores consegue ser competitivo com a China, por conta de acordos dentro do bloco comercial que reduzem ou zeram as tarifas”, destaca Estrela Faria.

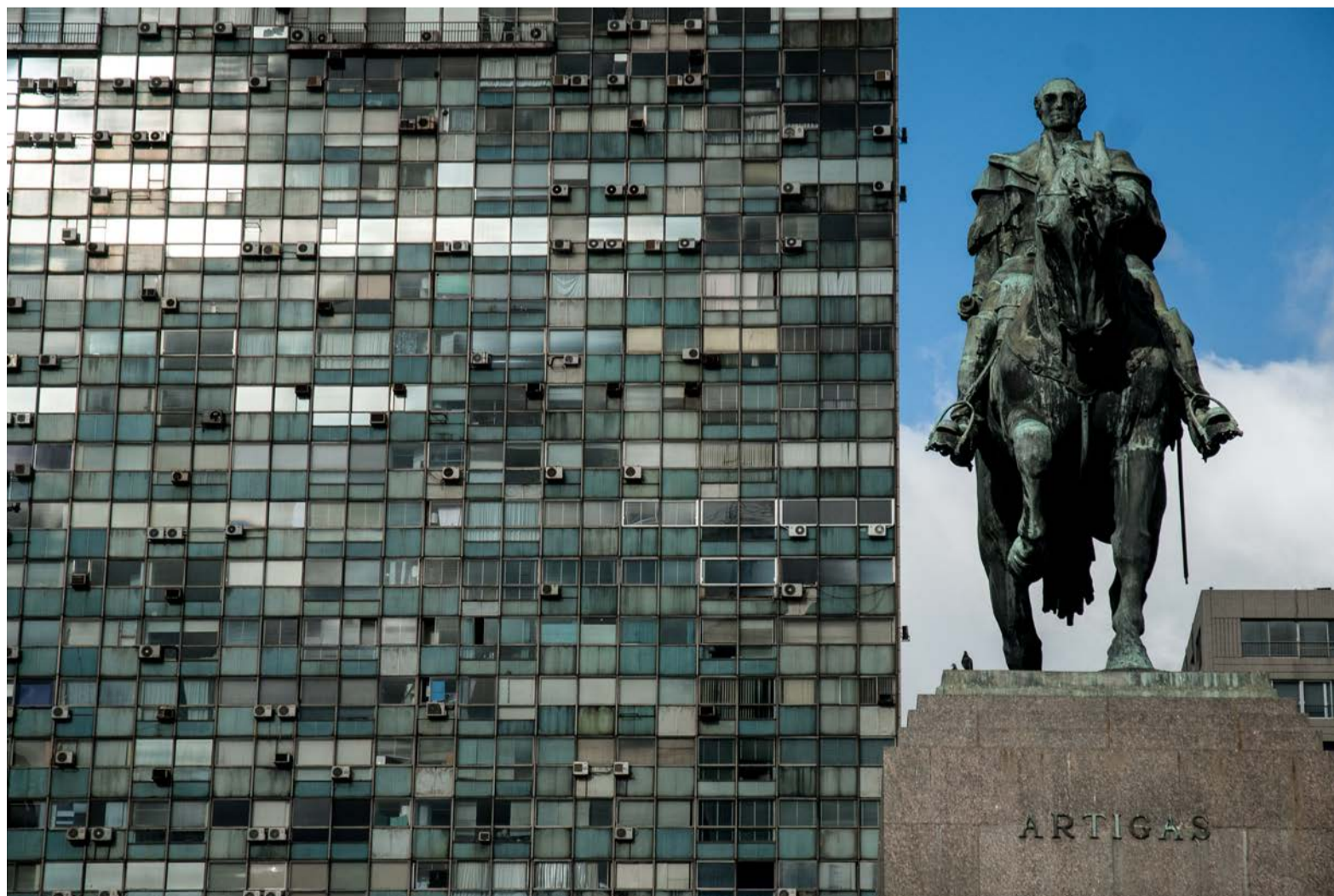
No final de 2015, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior anunciou que estão em andamento tratativas para firmar compromisso semelhante com o Paraguai. A estimativa é de que o país exporte US\$100 milhões em autopeças por ano para o Brasil. O governo brasileiro também tem tratados bilaterais com a Colômbia e o Uruguai.

Musacchio reconhece os avanços nas relações de integração regional, mas considera que várias áreas poderiam ser potencializadas. “Tanto o Brasil como a Argentina precisam avançar na criação de cadeias produtivas, no aumento da conectividade na telefonia, na logística e na integração energética. A integração seria fortemente modificada com o incremento desses setores.”

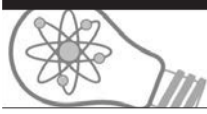
Novas adesões – O Mercosul é o detentor da maior reserva de petróleo do mundo, com mais de 310 bilhões de barris em reservas certificadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Desse montante, a Venezuela garante 296 bilhões de barris, ou seja, 92%. A dependência da economia venezuelana em relação à prospecção do hidrocarboneto é marcante, representando 3/4 do PIB nacional.

O país foi aceito formalmente no bloco em 2012. Apesar do descumprimento na aplicação de acordos previstos pelo tratado, a participação venezuelana é importante para a indústria brasileira, conforme o professor Luiz Augusto Estrela Faria. “Como a Venezuela praticamente não tem produção industrial, é um mercado enorme em potencial para a exportação de manufaturados. Infelizmente, o país está vivendo uma crise dramática e não tem capacidade para abastecer a população. Falta tudo, até papel. Mas, quando a crise acabar, o país se mostrará altamente relevante para as exportações de bens e serviços”, prevê o docente.

A futura adesão de Bolívia e Equador também representa a ampliação de mercados regionais e a integração latino-americana, na visão de Estrela Faria. “A Bolívia viveu um processo de crescimento contínuo mesmo dependendo do petróleo e do gás. Houve também aumento na produção de alimentos, redistribuição de renda e desenvolvimento do mercado interno, sendo que o mesmo se deu com o Equador. São nações que diminuíram suas desigualdades internas, tornando-se mais interessantes para fazer parte do bloco”, conclui.



Apesar de os especialistas perceberem avanços na integração regional, consideram que várias áreas poderiam ser potencializadas pelo bloco



FLÁVIO DUTRA/JU



O estudo desenvolvido na Faculdade de Agronomia pode auxiliar no cálculo exigido pela crescente profissionalização do agronegócio no RS

Agropecuária Pesquisa do doutorado em Zootecnia emprega metodologia de dinâmica de sistemas para planejamento em propriedades rurais

Felipe Ewald

Um pecuarista que planeje investir em sua propriedade para abranger o ciclo completo de manejo do gado precisa avaliar se o espaço físico de que dispõe será suficiente para o que pretende. Também deve averiguar a viabilidade em função do tipo de solo, da radiação solar e da precipitação a fim de reduzir os riscos com o negócio e cumprir os contratos firmados com frigoríficos. Sua tomada de decisão deve envolver uma complexa consideração de inúmeros fatores. No entanto, o complicado cálculo racional demandado pela tendência à especialização e à profissionalização do agronegócio esbarra nas limitações das ferramentas disponíveis atualmente no mercado – as quais, muitas vezes, são segmentadas ou estanques.

Foi justamente a dificuldade de realizar o diagnóstico de uma propriedade o que motivou a pesquisadora Soraya Tanure a desenvolver o *Modelo bioeconômico de diagnóstico e apoio à decisão em sistemas agropecuários*, pelo qual recebeu o Prêmio Santander Ciência e Tecnologia de 2015. “Quando o produtor é questionado a respeito de alguns dados, encontra dificuldade de passá-los para o técnico. Frente a isso, busquei reunir o número máximo de informações para depois filtrar aquelas que poderiam dar origem a taxas para daí determinar que tipo geraria como resultado um indicador a ser utilizado para a tomada de decisões”, explica.

Formada em medicina veterinária, Soraya começou a conceber o projeto em 2007, na transição entre o mestrado e o doutorado em Zootecnia, ambos realizados na UFRGS. Para desenvolver seu trabalho, necessitava de uma pers-

pectiva dinâmica, que incluísse a série temporal na tomada de decisão. No entanto, deparou-se apenas com procedimentos estáticos. “Por exemplo: encontrei a metodologia de pesquisa operacional, que é bastante utilizada em engenharia de produção. Apesar de muito útil, é estática. Quando se trata de biologia, temos que considerar o tempo, porque a cada segundo se modifica aquilo que é estudado (diferente de uma montagem de peças)”, pondera.

Dinâmica de sistemas – A tese, orientada pelo professor Carlos Nabinger, da Faculdade de Agronomia, e co-orientada pelo professor João Luiz Becker, da Escola de Administração, resultou do encontro com a metodologia conhecida como dinâmica de sistemas (*system dynamics*).

A metodologia de dinâmica de sistemas foi proposta na década de 1950 pelo engenheiro eletricista Jay Forrester, nos EUA, tendo como seu marco conceitual a publicação do livro *Industrial Dynamics* (1961). Ela se presta para a identificação de características básicas de um sistema: relações de causa e efeito (estabelecidas a partir de gráficos causais que resultam em modelos mentais), tempos de resposta (explicitados pelos modelos para diagnosticar possíveis instabilidades no sistema) e efeitos de realimentação (que podem reforçar ou anular a tomada de decisão inicial).

De acordo com Soraya, essa metodologia ainda é pouco difundida no Brasil, havendo, a princípio, apenas um grupo no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Sua grande vantagem, segundo a pesquisadora, é o fato de incluir a

variável tempo, essencial quando se trabalha com fenômenos biológicos. Além disso, permite fazer previsões, que são cruciais para o planejamento da produção. Nesse sentido, o método tem aplicação em diversos setores. Na área de políticas públicas, por exemplo, pode-se, antes de por em prática determinada ação, simulá-la a um baixo custo para verificar sua viabilidade e o impacto que produzirá. “Isso já vem ocorrendo em locais como o Reino Unido”, ilustra.

Com a modelagem de sistemas complexos a partir do software de dinâmica de sistemas é possível reunir modelos que, em geral, são engessados (se o produtor não tem alguma das informações solicitadas, não tem como utilizá-los) ou segmentados (abordam apenas um fator isoladamente, como a ingesta do animal ou o crescimento do pasto). Tratando-os como submodelos, pode-se atingir uma capacidade maior de adaptação.

Enfoque bioeconômico – Foi contando com essa maleabilidade da dinâmica de sistemas que Soraya desenvolveu seu modelo de prognóstico, congregando aspectos biológicos e econômicos. Para construí-lo, partiu de uma equação básica que envolve o tipo de pastagem e a quantidade de chuva e radiação solar. “Vou até a propriedade, observo as características do solo (que tipo de vegetação existe) e considero o histórico de precipitação e radiação locais. Com isso, consigo calcular o quanto a vegetação ou o cultivar irá crescer. Sabendo disso, e tomando os dados de outros modelos já consolidados, identifico qual a taxa de ingestão do animal. A partir desta, sei o quanto ele irá ganhar de peso. Conhecendo esse dado, saberei o quanto posso

ofertar para o mercado”, explica.

Ainda que seja viável utilizá-lo em pequenas propriedades, o modelo está voltado para a pecuária e a agricultura empresariais de larga escala, pois são o nicho em que as decisões que embasa têm um impacto maior. Sua aplicação engloba a pecuária bovina de corte e o cultivo de arroz, milho e soja na região sul do Brasil, na Argentina e no Uruguai. Soraya informa que a seleção específica dessas culturas se deveu à maior procura pelos produtores e à maior abundância de dados disponíveis, uma vez que a ferramenta é alimentada fundamentalmente com dados secundários, provenientes majoritariamente do IBGE e da Embrapa. Algumas propriedades, contudo, têm medição própria dos índices de precipitação, dispondo, portanto, de dados primários que podem ser inseridos no modelo.

A inclusão dos países vizinhos ocorreu em virtude da quantidade e da qualidade do conhecimento existente. A pesquisadora enfatiza a confiabilidade das informações, identificada após algumas visitas técnicas efetuadas no passado, e contrasta com a realidade brasileira, em que inexistem uma padronização da metodologia de coleta de dados. “Dessa forma, eu não posso dizer que os resultados que obtive sejam iguais aos de um colega, porque cada um trabalha na sua base de dados, não sendo possível fazer um compartilhamento. Além disso, temos poucos bancos de dados no Rio Grande do Sul e no Brasil, se compararmos com Uruguai e Argentina, por exemplo, que têm instituições tradicionais com medições extremamente confiáveis e utilizam a mesma metodologia

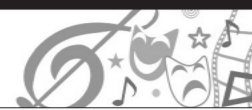
de coleta, independentemente da estação experimental onde foram gerados, o que permite fazer comparações e gerar resultados confiáveis”, resume.

Na prática – O objetivo de Soraya é que o modelo tenha como usuários finais produtores, gestores rurais, entidades de classe, pesquisadores e estudantes. Para tanto, ele ainda precisa passar por um processo de validação que está atualmente em curso. Isso envolve o monitoramento em 100 propriedades já catalogadas. Por enquanto a porcentagem de acerto ainda se mostra insuficiente, tornando necessário o aumento no número de áreas monitoradas. “Quando aplico o modelo em algumas propriedades, ele dá muito certo; em outras, aparecem *outliers* (discrepâncias) absurdos, o que demonstra que ainda não está totalmente calibrado”, revela.

Uma explicação possível para esses resultados muito distantes do esperado está no fato de que aquilo que o modelo conta como campo natural, ou seja, a pastagem nativa, muda de acordo com a região. “A pastagem com que trabalhei em Santana do Livramento, por exemplo, é completamente diferente da que temos numa propriedade na região metropolitana. Então, a gente faz um mix de pastagens, mas isso não significa que todas estejam contempladas”, observa. No caso do Rio Grande do Sul, são cerca de 200 espécies de leguminosas e 150 de gramíneas. Além disso, há outra questão: se uma pastagem apresenta 90% da espécie *x* e 10% da espécie *y*, o modelo elegerá aquela como mais significativa, mas é possível que o gado se alimente majoritariamente desta. Assim, os prognósticos ficarão comprometidos.

Para demonstrar as potencialidades do modelo, Soraya apresenta a propriedade da sua família na zona rural de Nova Santa Rita, onde ele é aplicado desde a sua criação numa produção pecuária de pequena escala – restrita à criação e comercialização de terneiros. Na área de 55 hectares, encontramos cerca de 60 cabeças de gado de porte robusto. A pesquisadora afirma que a maior diferença em relação à situação anterior é a qualidade do pasto, que se mantém fértil e estável, evitando a perda de animais por falta de alimentação – antes mantinham até uma plantação de cana-de-açúcar, hoje desativada, para contingência – e a diminuição de peso do gado durante o inverno.

Os testes com o modelo indicaram que o número de animais era excessivo – costumava passar de 100 cabeças –, ocasionando a debilitação do campo, que ficava sem diversidade de espécies. Isso impedia que o gado tivesse uma alta oferta de vegetação diferenciada e selecionasse o que preferia comer, o que constitui o melhor processo de engorde. “Essa para mim é uma diferença brutal: quando caminho no campo e vejo, por exemplo, a presença de *Desmodium incanum* (popularmente conhecida como Pega-pega), que tem uma proteína gigantesca, brotando no solo como se fosse mato hoje em dia, considero que é um dos maiores exemplos de que a correção do manejo deu muito certo”, afirma.



Trajetos lacustres

Livro-objeto

Publicação da Editora Libretos homenageia lugar simbólico para os porto-alegrenses

Na sequência de *Rua da Praia - Um passeio no tempo* e *Mercado Público: Palácio do Povo*, a editora porto-alegrense Libretos lançou na véspera da última Feira do Livro mais uma obra dedicada a um lugar simbólico da capital. Assim como as publicações anteriores, o *Águas do Guaíba* se destaca pela beleza da edição e pela competência da pesquisa histórica que apresenta. “Pensamos em fazer esse livro na mesma linha dos anteriores, pois é um formato que percebemos que as pessoas gostam bastante, o do chamado livro-objeto, que apresenta um bom conteúdo e, ao mesmo tempo, tem beleza”, afirma Rafael Guimaraens, responsável pela pesquisa e pelos textos. A publicação, que tem edição de arte de Cló Barcellos, traz ainda fotografias de Marco Nedeff e Ricardo Stricher, além de ilustrações de Edgar Vasquez.

A narrativa adota uma ideia de trajetória, como se conduzisse o leitor para um passeio pelo local. Parte do Cais Mauá, passando pelo Beira-rio e pela Barra do Ribeiro, até chegar às Ilhas, quando retorna e finaliza a viagem no Mercado Público. De acordo com Rafael, esse formato, além de criar uma orientação de leitura, serve como demonstrativo da pluralidade do



A Casa de Correção ficava às margens do Guaíba, junto à Usina do Gasômetro, e foi demolida em 1962

FOTOTECA SIOMA BREITMAN/MJF - PMPA

Guaíba. “Buscamos transmitir a ideia de que cada comunidade, cada pessoa se relaciona com os lugares de uma maneira muito própria. Então, o Guaíba são vários. Ele muda de acordo com a forma que as pessoas se relacionam e o curtem. Para o pessoal das ilhas, sempre foi um lugar centrado na pesca, algo que hoje caiu bastante devido à poluição. Tem os que curtem o pôr do sol ali na Usina; os que praticam esportes como vela e remo, exercitados em áreas diferentes do lago”, reflete.

Controvérsias – O texto também destaca momentos marcantes da relação de Porto Alegre com o Guaíba, como a enchente de 1941, que desabrigou cerca de um quarto da população da cidade, e a consequente construção do muro da

Mauá, que carrega a simbologia de estar separando, e protegendo, a capital do lago que lhe deu origem. São abordadas, ainda, questões polêmicas, como, por exemplo, a poluição. “Não podemos fugir dos problemas que existem. Em relação ao Guaíba isso significa abordar a questão da poluição”, defende Rafael, para quem a questão é consequência de décadas de descaso, tanto por parte da população e do poder público quanto das indústrias que descartam seus resíduos irresponsavelmente. Outra controvérsia abordada é a da classificação do Guaíba. É um rio ou um lago? “O livro não tem como pretensão fazer definições desse tipo. Mas como essa é uma polêmica recorrente, achamos que seria responsável nos posicionarmos. Seguimos o Atlas Ambiental de Porto Alegre,



Águas do Guaíba

Rafael Guimaraens
Porto Alegre: Libretos, 2015
216 páginas
R\$ 50 (preço médio)

do professor Rualdo Menegat, que trata o Guaíba como lago e apresenta argumentos muito sólidos em defesa disso”, comenta Rafael, para quem a interpretação do Guaíba como um rio contribuiu para a degradação do lago. “A suposição de que fosse um rio agravou muito a situação. Com o rio, se tem a ideia de uma correnteza que levaria os dejetos descartados para a Lagoa dos Patos e de lá para o oceano.

Mas hoje já se sabe que 80% da água permanece retida no Guaíba por um longo tempo. A correnteza que existe é muito tênue”. Segundo o autor, independentemente de se considerar o Guaíba rio ou lago, o importante é que o poder público avalie as suas características e peculiaridades para melhor tratá-lo.

João Pedro Teixeira, aluno do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



Mocambos e Quilombos: Uma História do Campesinato Negro no Brasil

Flávio dos Santos Gomes | São Paulo: Claro Enigma, 2015
235 páginas | R\$ 35 (preço médio)

Memória e resistência

A história dos quilombos é bem conhecida por quem frequentou o ensino fundamental e o ensino médio no Brasil. Comunidades de escravos, em geral negros, fugidos dos engenhos de açúcar ou da mineração, que se estabeleciam ao redor das cidades em locais protegidos, como serras ou matas densas. Sabe-se muito também sobre a mais bem-sucedida dessas experiências no país, o Quilombo de Palmares, e sobre um de seus líderes, Zumbi, que virou figura mítica. Entretanto, quando se trata dos pormenores da vida nos quilombos e do significado e extensão do fenômeno, há muito ainda o que ser discutido. É diante dessa problemática que se situa o trabalho do professor da UFRJ Flávio dos Santos Gomes, que lançou recentemente o livro *Mocambos e Quilombos: Uma História do Campesinato Negro no Brasil*. Os estudos mais antigos acerca do tema, principalmente os das décadas de 60 e 70, buscavam analisar os quilombos muito mais por sua simbologia e como um processo que só teria ocorrido aqui. O professor Gomes faz uma aproximação do fenômeno com as ocorrências dos *palanques* na Colômbia e dos *maroons* no Caribe e no

sul dos Estados Unidos, por exemplo. Desse modo, é possível interpretar os mocambos sob uma perspectiva agregadora e entendê-los como parte da história do campesinato negro de maneira geral – o que explica também a sua permanência em nossa sociedade. Outro problema encontrado por Gomes diz respeito às fontes. Embora numerosas, elas parecem trazer apenas a perspectiva dos escravocratas, uma vez que os relatos eram geralmente escritos por militares ou infiltrados. Como um exemplo disso, enquanto busca desfazer o mito de que nos quilombos não havia mulheres, o professor comenta: “Temos de lembrar que aqueles que descreveram os quilombos – especialmente os comandantes das tropas – o faziam para justificar a necessidade de sua destruição”. Diante dessa dificuldade de fazer um trabalho historiográfico competente, reunindo todas as fontes, e ao mesmo tempo relativizá-las e interpretá-las à luz de sua época, é que o livro prospera. Talvez não seja ainda a obra definitiva sobre os quilombos e sua relação com a sociedade brasileira, mas é sem dúvida um passo necessário para entender o fenômeno. (Igor Porto)



Pensar o Cinema - Imagem, Ética e Filosofia

Gerardo Yoel (org.) | São Paulo: Cosac Naify, 2015
288 páginas | R\$ 45 (preço médio)

Cinema e Filosofia

Coletânea de ensaios organizada por Gerardo Yoel, que fala de cinema a partir da análise filosófica e estética. A publicação não analisa filmes, mas a posição da sétima arte enquanto manifestação artística que possibilita a apreciação das imagens em nossa cultura e do modo como elas nos influenciam. Artigos de Alain Badiou, Vilém Flusser, Jacques Rancière, Harun Farocki e Gustavo Aprea examinam o cinema de várias formas: como experimentação filosófica e como elemento histórico. Badiou explora a tensão entre o polo democrático do cinema, aquele feito como arte de massas, e seu polo aristocrático. “Dizer que a arte é uma categoria aristocrática não consiste em emitir um juízo de valor; o que acontece, simplesmente, é que a arte traz implícita a ideia de criação, logo, exige os recursos indispensáveis para compreender a criação [...]. Já ‘massas’ é uma categoria eminentemente democrática. ‘Arte de massas’, portanto, supõe uma relação paradoxal entre um elemento democrático e um aristocrático”, escreve. No artigo *O Espelho de Duas Faces*, o diretor Jean-Louis Comolli ressalta o papel de logro do cinema

através das imagens, como um espetáculo baseado na ilusão, porém com maior potência em relação aos demais. Ele tem o poder não somente de contar a história, mas de construí-la, conforme o ensaísta. “Longe de refletir determinado acontecimento, situação, ação ou realidade dada, o filme os constrói (quando não os suscita); ele os produz enquanto eventos fílmicos, realidades filmadas”, segundo Comolli. O ex-editor da revista *Cahiers du Cinéma* acrescenta que os grandes fatos bélicos ou políticos do século XX foram retratados e recriados na telona. “Seria enorme ingenuidade pensar que, na época da generalização do espetáculo, o cinema se contentaria em ‘mostrar’ ou ‘refletir’ uma história que se fizesse à sua revelia: o cinema encena, fabrica, representa a história – no sentido de torná-la presente para si, configurá-la atribuindo-lhe as formas que a tornarão definitivamente visível”. A obra é resultado de um seminário realizado na Universidade de Buenos Aires, em 2003, com ensaístas internacionais, como relata Ismail Xavier na introdução. Não são textos de fácil leitura, mas nem por isso menos interessantes. (Samantha Klein)



Vigência definitiva

Acordo Ortográfico

No primeiro dia de janeiro deste ano se encerrou o período de transição

Felipe Ewald

O Acordo Ortográfico (AO) da Língua Portuguesa entrou em vigor definitivamente, sem muito alarde, em contraste com as manifestações inflamadas ocorridas em 2012, prazo originalmente estabelecido para o fim da transição entre a normativa anterior e a atual.

Uma possível razão para o silêncio é o fato de ele já ter sido integralmente incorporado por aqueles que têm o texto escrito como sua prática profissional cotidiana, o que se desdobra desde sua implantação inicial em 2009 e hoje já se vê consagrado. Assim se posiciona Pedro Garcez, professor titular do Instituto de Letras da UFRGS, onde atua nas áreas de especialidade em Linguística Aplicada e Sociolinguística e na formação de educadores.

A proposta do AO surgiu em 1986 e foi oficializada em 1990 por delegações do Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, unificando a ortografia da Língua Portuguesa. Negligenciado por um período, voltou à cena após a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que o vê como instrumento para reforçar a presença de seus membros no cenário internacional.

“A partir da entrada em vigor no Brasil, em 2009, saiu o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da Academia Brasileira de Letras (ABL). Esta fez a arbitragem inicial, do alto da condição de autoridade suprema, conferida pela legislação brasileira. Logo o VOLP passou a estar disponível para consulta eletrônica gratuita. Assim, lá por 2012, os principais instrumentos normativos da escrita, em especial dicionários e manuais de grande circulação, já tinham edições com a ortografia atualizada pelo documento”, acrescenta o professor.

Igualmente, as editoras, a imprensa e os órgãos oficiais incorporaram a nova ortografia, ainda que alguns pontos permanecessem obscuros e necessitassem de soluções internas. “A Folha de S. Paulo é um caso ilustrativo: já no primeiro dia de 2009, o jornal passou a ser impresso conforme a norma. Em audiência pública da Comissão de Educação do Senado, em outubro de 2014, Thais Nicoletti, consultora do Grupo Folha, discutiu várias decisões editoriais tomadas até então, tratando delas como ossos do ofício”, exemplifica Garcez.

“Pode-se lamentar que a proposta tenha tido uma concepção

limitada e que a implementação tenha sido errática, mas o fato criado em 1986 está consumado em 2016”, opina o professor Pedro, que atualmente realiza estágio pós-doutoral no Ontario Institute for Studies in Education (OISE) da Universidade de Toronto, Canadá, de onde concedeu a entrevista por e-mail.

Há quem diga que o alcance do Acordo não é propriamente linguístico, mas político. Essa constatação é pertinente?

Sem dúvida é pertinente. Na concepção original do documento, não foi prioritária a preocupação com a eficiência da ortografia. Não me parece que havia um propósito de trazer melhorias para os usuários da escrita em língua portuguesa. Quando proposto em 1986, o Acordo buscava reconciliar as divergências que surgiram nas regulamentações unilaterais da ortografia em Portugal e no Brasil de 1904 a 1971, quando os dois Estados, até então os únicos que tinham o português como língua dominante e oficial, trataram do tema de costas um para o outro. Cabe lembrar que não havia uma norma ortográfica propriamente dita para a escrita em português até o início do século XX. No fim daquele século, as divergências constituíam um obstáculo para a adoção do português como língua de trabalho em órgãos diplomáticos multilaterais, como a ONU e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Essa era uma questão a ser resolvida por meio da “arte do possível”. A proposta de unificação foi, portanto, feita por um pequeno grupo, liderado por Antônio Houaiss, conhecido pela obra lexicográfica, mas também ex-diplomata cassado e imortal da ABL. A oficialização do Acordo em 1990 logrou no máximo uma aproximação, mas teve o mérito de alcançar um passo de conciliação política. Não teve uma concepção bem fundamentada, como se sabe, se tomados em conta vários aspectos técnicos de ordem linguística que poderiam ter sido articulados à proposta mas não foram. Inerte depois da ratificação em 1996, o documento foi retomado como instrumento político, sem dúvida, nos 2000, para muitos outros fins além dos que estavam na pauta duas décadas antes.

Subjaz à discussão um entendimento de que a norma escrita seria a própria língua natural? O que cada uma dessas “entidades” representa?

Uma normativa ortográfica diz respeito, como o nome sinaliza,



A disputa em torno do Acordo envolve questões que vão além da regulação da norma escrita, como identidade, nacionalidade e poder

tão somente ao equipamento mais evidente da tecnologia da escrita, o sistema (orto)gráfico. O imenso valor simbólico da escrita dificulta a percepção de que ela é uma tecnologia, uma invenção humana, e que a norma escrita não é a representação gráfica de nenhuma língua falada que existe no mundo natural e no mundo social humano. Talvez, por isso, o cidadão creia que o Acordo teria o poder de alterar a língua, quando, de fato, é uma tentativa de mudar, um pouquinho, só um pedacinho da prática da escrita. O que ele faz é reger, na medida do possível, as manifestações naquilo que inventamos como sendo a escrita do que, politicamente, pactuamos como sendo a língua portuguesa. Para a norma escrita da língua portuguesa, portanto, houve algum ganho na aproximação entre as praxes ortográficas.

O que há em relação à língua que a torna alvo de disputas tão acirradas?

A capacidade de linguagem é um dos principais elementos do que constitui a humanidade. Somos o que somos em boa medida porque nos constituímos na linguagem e pela linguagem humana. Não deveria surpreender que sejam objeto central nos nossos alinhamentos e nas nossas disputas as línguas que

falamos, mediante as quais agimos e sobre as quais falamos. Isso talvez tenha se tornado ainda mais intenso nos últimos dois séculos, desde o momento em que se passou a idealizar a língua também como fator de pertencimento às nações criadas pelos Estados modernos. Atualmente, parece que estamos vivendo um processo em que recursos e habilidades linguísticas também se ligam cada vez mais a valores econômicos. Identidade, nacionalidade e poder, tudo isso está em jogo em casos como o do Acordo Ortográfico.

Há outros casos de políticas linguísticas que foram espaço de disputa?

Sim, em toda parte. No Brasil, tivemos há não muito tempo tentativas de legislação antiestrangeirismos, que geraram muita discussão. Antes, ocorreram as ações de nacionalização do Estado Novo, que proibiu o uso público de línguas como o alemão, o que redundou no fechamento de escolas e extinção de órgãos de imprensa. Nos Estados Unidos, uma questão recorrente é a oficialidade do inglês, já que a Constituição não fala de uma língua oficial naquele país. Há casos de repercussão localizada: o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação de utilização corrente

das comunidades surdas do Brasil ou do português como língua legítima de uma parcela dos cidadãos do Uruguai; a prioridade dada ao espanhol como língua a ser ensinada nas escolas brasileiras ou a manutenção do francês na rede pública municipal de Porto Alegre. Existem também muitas questões pontuais, por exemplo, a marcação de gênero em itens como “presidente”.

Como podemos definir “política linguística”?

Há muitas definições, mas uma formulação sintética é a que diz que políticas linguísticas são esforços deliberados para influenciar o comportamento dos outros no que concerne aos recursos linguísticos disponíveis, ou seja, quais línguas aprendem ou deixam de aprender, como devem ser os formatos desses recursos (por exemplo, padronizar uma língua, definindo quais das formas variantes serão usadas na escrita, desenvolvendo vocabulário para assuntos técnicos; no próprio Acordo Ortográfico, abolir o trema, incluir k, y e w na ortografia) e que funções podem ou devem ter, ou não podem ter esses recursos, por exemplo, considerar uma língua oficial para as funções de uma instância do Estado ou de uma organização.



► Redação: Ania Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

Quando arte e neurociência se encontram

Exposição *Semana do Cérebro* será marcada por mostra artística e atividade para crianças

Com o propósito de instigar o público acerca da proximidade entre ciência e arte, a UFRGS inaugura, no dia 1.º deste mês, no saguão da reitoria, a exposição *Arte e Ciência*, reunindo produções em fotografia, pintura, instalações e vídeos de artistas nacionais e estrangeiros. A atividade faz parte das comemorações da Semana Nacional do Cérebro, comemorada entre os dias 14 e 20 de março.

Carmem Gottfried, professora do Departamento de Bioquímica do Instituto de Ciências Básicas da Saúde e dos Programas de Pós-graduação em Neurociências e Bioquímica da UFRGS, é a responsável pela organização da mostra e explica com orgulho a ideia de unir duas áreas do conhecimento que normalmente são vistas como dissociadas: “A atividade integra um projeto de extensão proposto a partir de um

desafio que fiz a alguns artistas para que criassem obras de arte que remetessem ao cérebro. Além da mostra, que fica em cartaz até o final de março, teremos uma oficina lúdica para crianças e adultos intitulada *Construindo células do sistema nervoso*, na qual os alunos do curso de Pós-graduação em Neurociência irão mostrar o funcionamento do cérebro, suas estruturas, o que é uma célula nervosa e quais suas funções”.

Para a professora, ciência e arte são elementos indissociáveis. “Hoje não vejo mais separação entre ciência e arte. Na minha cabeça, não me vejo isolada da arte. Porque a ciência envolve criação, para poder criar enquanto cientista preciso da arte. Da mesma forma, olhando para o artista, acho que ele não conseguiria criar se não abraçasse um processo investigativo”, conclui.

Programação paralela – Carmem adianta que, com o material produzido nesta e nas oficinas anteriormente promovidas durante a Semana do Cérebro, ela está organizando um livro para crianças de perguntas e respostas sobre o cérebro. A ideia é que a publicação sirva como um material de divulgação científica que possa ser distribuído gratuitamente em escolas. Também haverá palestras e outras atividades relacionadas ao cérebro abertas ao público.

Participam da mostra Luiz Eduardo Robinson Achutti (UFRGS), Eneida Serrano, Waldemar Max, Clovis Dariano (Porto Alegre), Crisóstomo (Olinda), Mene-law Sete (Salvador), Elinaldo Meira (São Paulo) e Yuri Pysar (Ucrânia).

Informações mais completas sobre a programação podem ser obtidas no site do Departamento de Difusão Cultural <http://www.ufrgs.br/difusaocultural>.



Summer Breeze (acrílico sobre tela, 2012), obra do artista ucraniano Yuri Pysar que estará em exposição no saguão da reitoria

Trabalhos Espaciais Manuais na recepção aos bixos 2016

Vale Vale
Projeto inicia a programação com espetáculo e oficina de produção independente

O Vale Vale dará largada à programação cultural no Câmpus no próximo dia 23, às 17h30, com um espetáculo e uma oficina de produção independente do grupo Trabalhos Espaciais Manuais – T.E.M. Conforme Sinara Robin, coordenadora do projeto, a ideia é apresentar aos bixos da UFRGS o trabalho instrumental e performático da banda, formada por estudantes da Universidade e que já tem al-

guns anos de estrada. “Eles farão um pequeno cortejo, partindo da Praça Central do Câmpus do Vale em direção ao Teatro Grego, apresentando composições próprias em um clima de baile.” No repertório da T.E.M. constam músicas próprias, inspiradas em sambas, maracatus, makuleles, afrobeats e também homenagens aos nossos antecessores e influências como Tim Maia e Fela Kuti. Fazem parte da banda

Daniel Hartmann (guitarra), Diego Schutz (teclado), Ettore Sanfelice (baixo), Gabriel Sacks (bateria), Gustavo Gaspar Almeida (percussão), Luciana de Mello (percussão), João Pedro (guitarra), Rafael Druzian (sax tenor) e Tomás Piccinini (sax alto).

Sinara conta que o Vale Vale vem aos poucos diversificando suas atividades e, neste ano, durante os meses mais quentes, os espetáculos ocorrerão às 17h30,

já que o sol e o calor característicos do intervalo do meio-dia acabam afugentando o público. “Nosso foco é dar visibilidade aos grupos existentes na Universidade. Também iremos prosseguir com as oficinas do *Venha entrar na ressonância*, que misturam música e física. Faremos ainda dois saraus literários. Todas as atividades seguirão sendo gratuitas e sem necessidade de inscrições prévias”, esclarece.

CINEMA

Franceses Contemporâneos

O cinema universitário Sala Redenção reabre neste mês com uma seleção de filmes de novos diretores franceses. Todas as sessões têm entrada franca.



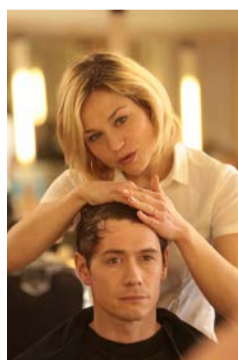
2 OUTONOS, 3 INVERNOS (2 *Automnes*, 3 *Hivers*, França, 2013, 93min), de Sébastien Betbeder
Sessões: 7 de março, 16h; 10 de março, 16h;

21 de março, 19h; 22 de março, 16h

PESSOAS-PÁSSARO (*Bird people*, França, 2014, 127min), de Pascal Ferran
Sessões: 7 de março, 19h; 8 de março, 16h; 22 de março, 19h; 23 de março, 16h

A BELA VIDA (*La belle vie*, França, 2013, 93min), de Jean Denizot
Sessões: 8 de março, 19h; 9 de março, 16h; 24 de março, 19h; 28 de março, 16h

MINHA ALMA POR TI LIBERTA (*Mon âme par toi guérie*, França, 2013, 124min), de François Dupeyron
Sessões: 10 de março, 19h; 11 de março, 16h; 28 de março, 19h



NÃO É MEU TIPO (*Pas son genre*, França, 2013, 111min), de Lucas Belvaux
Sessões: 10 de março, 19h; 11 de março, 16h; 28 de março, 19h

SUZANNE (*Suzanne*, Bélgica/França 2013, 91min), de Katell Quilleveré
Sessões: 14 de março, 19h; 15 de março, 16h; 29 de março, 19h

OS CONQUISTADORES (*Les conquérants*, França, 2013, 96 min), de Xabi Molia
Sessões: 15 de março, 19h; 16 de março, 16h; 30 de março, 16h

SERAPHINE (Alemanha/Bélgica/França, 2008, 125 min), de Martin Provost
Sessões: 17 de março, 16h; 24 de março, 16h; 31 de março, 16h

MAESTRO (França, 2013, 85 min), de Léa Fazer
Sessões: 17 de março, 19h; 18 de março, 16h; 31 de março, 19h

O ÚLTIMO DIAMANTE (*Le dernier diamant*, França, 2014, 109 min), de Eric Barbier
Sessões: 17 de março, 19h; 18 de março, 16h; 31 de março, 19h

EXPOSIÇÃO

As Meninas do Quarto 28

Baseada no livro homônimo de Hannelore Brenner, a exposição foi adaptada para o Brasil e reúne mais de 20 painéis, 40 desenhos e instalações para representar o quarto onde cerca de 50 meninas ficaram alojadas durante a II Guerra Mundial. Patrocinada pela ONU, a mostra está percorrendo o país desde o ano passado, depois de ter sido apresentada em vários países europeus. Visitação: até 31 de março de 2016
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Entrada franca

Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo

Mostra de obras do acervo da Universidade que recupera sua importância enquanto coleção pública. Idealizada pelo Instituto de Artes e pelo Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, com a curadoria dos professores Blanca Brites e Paulo Gomes.
Local e horário: Salão de Festas da Reitoria, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h
Entrada franca

ONDE?

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Saguão da reitoria**
Paulo Gama, 110 - térreo
Fone: 3308-3933

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Festas**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Teatro Grego - Câmpus do Vale**
Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-3933

Meu Lugar na UFRGS

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



RU: Refúgio em meio à fome

Jamais conheci alguém que desprezasse a comida da própria mãe. É sempre a melhor, a mais bem temperada e aquela que se come de olhos fechados. Infelizmente, nem sempre será a comida da nossa mãe a que vamos degustar – e existe um momento da vida em que você vai, por exemplo, provar a comida do restaurante universitário, vulgo RU.

Desde que ingressei na UFRGS, aprendi um novo conceito de gastronomia, o qual virou o meu [literal] “pão nosso de cada dia”: o RU. Lotado no início de semestre, vazio no final das aulas, aclamado por uns, criticado por muitos, mas tolerado por todos, o RU tem saciado a minha fome durante bons anos e tornou-se a minha melhor economia. Não é bom nem ruim, é R\$ 1,30.

Eram tamanhos os boatos sobre as atrocidades feitas na preparação das refeições que precisei de coragem para enfrentar a primeira semana no RU. O feijão, perdidos no espaço; o arroz, unidos venceremos; a faca, wireless; a carne, mais dura que sola de sapato; o suco, só muda a cor – este era o nível dos comentários que ouvia antes de frequentar o restaurante. Nada disso, no entanto, me fez recuar. A curiosidade da primeira vez era maior que qualquer má fama, eu precisava ver com meus próprios olhos.

Inesperadamente, o RU me surpreendeu. Virei uma adepta do restaurante e sua defensora incondicional: o feijão, sempre maravilhoso; a lentilha, muito bem temperada; a carne, quase sempre suculenta, muito gostosa. Foram inúmeros almoços em diferentes RUs que saciaram o ronco do meu estômago, me dando energia para enfrentar as várias horas de aula restantes. Admito que ainda estou em busca da medida perfeita de colheradas a serem postas no prato, visto que sempre me sirvo além da conta. Obviamente, não excluo da lista, tampouco da memória, os dias em que a experiência não foi lá “aquela coisa”, mas exceções à regra existem em todos os âmbitos da rotina e não servem como parâmetro de avaliação quando isoladas.

Além de saciar a fome, o RU ensinou muita gente a comer e saber valorizar o arroz com feijão tão típico do brasileiro. Meu irmão, por exemplo, que nunca gostou tanto de feijão, depois de frequentar o RU até lentilha come. Tão feliz que nunca vi igual! Caso você me diga que a fome é o melhor tempero (frase equivocada, embora digna de consideração), infelizmente, não se aplica ao caso, uma vez que já conheci pessoas que tampouco o feijão da mãe comem. Estes mesmos, acredite, se esbaldam no feijão do RU. Muito além de saciar a fome, estar na fila e/ou dentro do restaurante (seja servindo o prato no bufê ou sentado na mesa ao comer) é um momento de contato social, trocas de ideias, combinações sobre seminários, estudos e avaliações. É a hora mais interativa do dia, o melhor instante para sentir-se universitário e parte da comunidade UFRGS.

E quando o RU fecha?! Melhor não cogitar essa possibilidade. Pobres daqueles frequentadores assíduos. Depois de se pagar R\$ 1,30 para comer um baita almoço, com direito à sobremesa, difícil é pagar mais de R\$ 15 em um bufê. E aqueles que pagam sentem a exploração no bolso. É quando percebemos a falta que o RU faz e, que, de fato, é impossível ficar sem.

Vale a pena valorizar cada moeda de 10 centavos, as quais juntamos para fechar aqueles “30 centavos” sempre presentes no bolso enquanto esperamos na fila do restaurante a fim de esgotar a fome que possa estar assolando o nosso estômago. Se, todavia, algum dia você não achar a comida do RU digna de elogios, lembre-se: você está pagando R\$ 1,30, e, talvez, esse seja um dia de exceção à regra.

Júlia Scherer Prates, graduanda em Nutrição na UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Magia no litoral

Bruno Mariotti
Aluno do Bacharelado Interdisciplinar se divide entre o estudo e o ofício de mágico

Às 13 horas e 30 minutos em ponto começa o espetáculo. Um palhaço entretém o molhado público de cerca 100 pessoas que se acomoda nas cadeiras de plástico em frente ao palco, ao lado da piscina de ondas do Acqua Lokos, parque aquático situado à beira da Estrada do Mar. Com todos sentados, o locutor anuncia o show internacional que todos aguardam, o mágico argentino Bruno Mariotti. O show é curto, já que os quase 40 graus do sol a pino de janeiro chama o pessoal de volta pras piscinas, ainda que ninguém saia de seu lugar até o locutor anunciar o fim da apresentação.

Bruno realmente é argentino, mas mora no Brasil a pouco mais de 50 quilômetros do parque aquático, em um condomínio de Tramandaí, onde nos recebeu para uma entrevista um pouco antes do show. Extrovertido e bem-humorado, a presença de palco e a naturalidade na conversa fazem o mágico parecer ter bem mais que seus 18 anos. Ele veio ao país aos cinco, fez os primeiros anos do ensino fundamental em Osório, mas voltou a estudar em sua terra natal por poucos anos “para não perder o acento”. Retornou ao Brasil ainda no fim do ensino fundamental, e agora cursa o terceiro semestre do Bacharelado Interdis-

ciplinar em Ciência e Tecnologia, criado em 2014 pela UFRGS no Câmpus Litoral. Embora sinta que a graduação tenha expandido sua visão do mundo, não cogita, pelo menos por enquanto, largar a vida artística, na qual está inserido desde os quatro anos.

Tradição familiar – Ele começou atuando em peças infantis. Fabián Mariotti, seu pai, mestre em educação com grande vivência na área, explica que o filho desde cedo conviveu com artistas, o que lhe deu muita facilidade para adquirir habilidades. “Ele desde sempre desenvolveu a parte psicomotora. Qualquer coisa que pegava, aprendia rápido, igual aos filhos de artistas de circo, com todos fazendo de tudo”, conta.

Fabián também foi mágico, mas não ousa se comparar ao filho: “Ele é mil vezes melhor. Eu era um mágico de caixa, com tudo preparado, já ele é um mágico de habilidade, então incentivamos que pratique o que nem todo mágico tem pra buscar um diferencial”. Nisso a mãe interrompe: “O que o Bruno não disse é que ele é muito dedicado, ensaia 4, 5, 6 horas por dia. Os números são ensaiados todinhos, não são improvisados”. Os pais incentivam que ele siga se aperfeiçoando e buscando coisas novas.

Na época da conversa, o jovem se preparava para participar do Argenmagia, evento em Buenos Aires que reúne mágicos de toda a América Latina em conferências, workshops e competições. O mágico acredita que um espetáculo bom se faz aprendendo efeitos conhecidos e acrescentando um toque pessoal, e conta com as suas habilidades múltiplas para fazer um número que seja único e chame a atenção em meio a tantos outros profissionais.

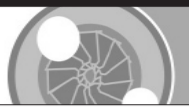
Cuidado e técnica – Outra coisa que o artista tem cuidado é em relação ao vocabulário. Em meio a uma frase sobre o número que estava preparando para o Argenmania, trancou ao perceber quealaria que ele “enganaria” os outros mágicos. “Parece que eu roubei, quando na verdade estou tentando fazer o outro se divertir”, explica. Depois de alguns segundos de hesitação, busca no castelhano “encantar”, o verbo que procurava. E completa: “Mesma coisa que truque, não gosto da palavra. Gosto de efeito”.

Nascido em uma família circense, ele ensaia até seis horas por dia para fazer shows em Tramandaí

O show tem 20 minutos e começa com uma apresentação que mistura a magia com o malabarismo e as técnicas de clown. Aparecem e desaparecem bolinhas e panos onde não se espera; o sapato teima em sumir de seu pé e reaparecer em lugares inusitados; e, entre aplausos e risadas da plateia, surge em seu pescoço uma gravata verde. Os números seguintes são menos dinâmicos, mas prendem igualmente a atenção do público: uma fuga da camisa de força, equilibrando-se em um monociclo – anunciada pelo locutor como inédita no Brasil. E, por fim, o clássico serrilhamento do assistente em três pedaços.

Antônio Assis Brasil, aluno do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico





GUSTAVO DIEHL



CADINHO ANDRADE



GUSTAVO DIEHL



GUSTAVO DIEHL



CADINHO ANDRADE



GUSTAVO DIEHL



FOTOS
FOTÓGRAFOS DA
SECOM/UFRGS

Bixos 2016

Até alguns anos, a ansiedade pelo resultado do vestibular – passei ou não? – era resolvida acompanhando as listas de aprovados em um cursinho, na Universidade ou ouvindo pelo rádio – aliás, lembramos aqui na redação do JU que as grades de respostas eram apresentadas também pelo rádio, com os gabaritos lidos em locução solene: “A - Argentina, B - Brasil, D - Dinamarca”, e assim por diante. Depois, além do rádio, os resultados eram afixados em longas listas coladas em paredes ou murais para os quais os candidatos consternados acorriam angustiadamente.

O que passou, passou. Hoje as listas de aprovados são divulgadas em sites, mídias sociais, contatos eletrônicos. Um pouco mais distante, mas certamente mais eficiente. Ainda assim, priorizando o compartilhamento e a afetividade sobre a eficiência, a UFRGS tem

retomado a tradição de divulgar os nomes dos bixos em seus murais. Este ano, ainda que alguns tenham tomado isso por “uma quase maldade”, os resultados foram disponibilizados em primeira mão nas paredes do Câmpus Centro e depois na internet. Muitos estudantes foram ao local para conferir a listagem e participar da recepção organizada pela Universidade, com grafites coloridos, tintas, molduras para fotos e apresentação musical do grupo de percussão Turucutá.

O tempo não volta, tampouco haveria espaço ou conforto para receber nesta comemoração os 5.671 novos estudantes que ingressaram este ano nos cursos de graduação UFRGS. Mas, simbolicamente, aproximar-se das tradições, assim como manter os sentidos atentos às inovações, é também parte do que faz desta uma grande Universidade. Sejam todos bem-vindos!